

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	27
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	32
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	35
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	49
10.8 - Plano de Negócios	50
10.9 - Outros fatores com influência relevante	51

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos Relacionados ao Brasil

O governo brasileiro exerceu e continua exercendo influências significativas na economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem adversamente afetar a nós e o preço de negociação de nossas ações.

No passado, o governo brasileiro interveio na economia brasileira e realizava mudanças na política e nos regulamentos. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação e atuar em outras políticas estavam, geralmente, relacionadas ao controle de preços e salários, desvalorizações da moeda, controles de capital, limites sobre as importações, entre outras medidas. Nossos negócios, a situação financeira, o resultado das operações e o preço de mercado de nossas ações podem ser adversamente afetados pelas mudanças nas políticas governamentais, principalmente relacionados ao nosso setor, tais como mudanças nas tarifas de telefonia e nas condições competitivas, bem como nos fatores gerais econômicos, incluindo:

- flutuações da moeda;
- políticas de controle cambial;
- crescimento da economia interna;
- inflação;
- política de energia;
- taxa de juros;
- liquidez do mercado de capitais e financeiro nacional;
- política tributária; e
- outras políticas, no campo diplomático, social e econômico que afetam o Brasil.

As incertezas quanto à possibilidade do Governo brasileiro implementar mudanças na política ou na regulação que afetem estes ou outros fatores no futuro podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros e de títulos emitidos no exterior por companhias brasileiras. Além disso, as possíveis crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e o público em geral, que pode resultar em uma desaceleração da economia e afetar o preço de negociação das ações emitidas pelas companhias listadas na bolsa de valores, tais como nós.

Nosso negócio pode ser vulnerável às atuais perturbações e à volatilidade nos mercados financeiros globais.

Após a crise financeira internacional de 2008 e a crise fiscal mais recente na Europa, os governos das principais economias têm atuado para aumentar a liquidez dos mercados, através de programas de compra de títulos, entre outras ações. Essa injeção de recursos aumentou o apetite por risco dos investidores nos últimos anos, mas esse cenário tem mudado desde o ano passado, quando o Federal Reserve dos Estados Unidos divulgou a remoção dos estímulos ("tapering") após uma série de indicadores sólidos de retomada da atividade econômica. Em consequência disso, existe a expectativa de que as demais economias desenvolvidas apresentem sinais de recuperação e também venham a mudar o curso de seus programas de estímulos.

Esta perspectiva de menor oferta monetária já elevou a remuneração dos títulos do Tesouro norte-americano e tornou os investidores mais avessos ao risco. Como resultado, houve quedas acentuadas nos valores de empresas de países emergentes. O ambiente de incerteza aumentou a volatilidade das taxas de câmbio e fez com que alguns governos de economias em desenvolvimento viessem a intervir no mercado monetário com aumentos nas taxas de juros para evitar a desvalorização acentuada de suas moedas.

A alta volatilidade nos mercados financeiros globais pode ter um efeito adverso em nossas operações, pois influencia nossa capacidade de acessar os mercados de capitais, o que pode tornar os custos de captação mais elevados. Além disso, uma redução na atividade econômica poderia afetar negativamente a condição financeira de nossos clientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Instabilidade política pode causar um impacto desfavorável na economia brasileira e em nossos negócios.

As crises políticas no Brasil podem afetar a confiança dos investidores e o público em geral, bem como o desenvolvimento da economia. As crises políticas podem causar um impacto desfavorável na economia brasileira, nos nossos negócios, nas condições financeiras e resultados das operações e no preço de mercado de nossas ações.

A inflação e as ações do governo para refreá-la podem contribuir para uma incerteza econômica no Brasil, afetando negativamente nossos negócios e os resultados das operações.

Historicamente, o Brasil vivenciou altas taxas de inflação. A inflação, e algumas medidas do governo tomadas na tentativa de refreá-la, tiveram efeitos significativos na economia brasileira. Em 2013, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor, ou IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, alcançou 5,9%, dentro do limite do intervalo de tolerância estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, e acima da meta principal de inflação, de 4,5%. Em 2014, a política monetária brasileira continuará a usar o IPCA para o estabelecimento da meta de inflação. A meta de inflação estabelecida para 2014 é de 4,5%, idêntica à de 2013. Se a inflação ultrapassar essa meta, as taxas básicas de juros podem aumentar, afetando diretamente o custo de nossa dívida e indiretamente reduzindo a demanda por produtos e serviços relacionados a telecomunicações. Em 2014 fatores que podem afetar adversamente a inflação são, entre outros, os preços internacionais das commodities, o impacto da atividade econômica interna nos preços e a taxação de preços e tarifas.

Desde 2006, as tarifas telefônicas de serviços de telefonia fixa estiveram indexadas ao IST - Índice de Serviços de Telecomunicações, reduzidas por um fator de produtividade. O IST é uma cesta composta por índices nacionais que refletem nossos custos operacionais do setor. Como resultado, este índice serve para reduzir potenciais incongruências entre nossas receitas e custos do setor, e portanto, reduzir o aparente efeito adverso da inflação sobre nossas operações.

O aumento da taxa autorizada pela ANATEL em 2014, que fará referência ao IST, será reduzido por um fator de produtividade e aplicadas cumulativamente, após um período de 12 meses. Isso pode causar um aumento dos custos e salários acima ou abaixo da nossa receita, com impactos adversos na nossa lucratividade. Aumentos nas taxas de juros podem ter um efeito material adverso sobre nossos negócios.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, ou COPOM, estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro com base em uma expectativa de convergência entre a taxa de inflação futura e a meta central de inflação. Em 31 de dezembro de 2013 a taxa básica de juros foi de 10,00% ao ano, ante 7,25% ao ano, em 31 de dezembro de 2012.

O consenso de mercado indica que a inflação medida pelo IPCA será maior do que a meta de inflação de 4,5% para 2014.

Flutuações na taxa de câmbio podem afetar adversamente nossa capacidade de pagar obrigações denominadas ou atreladas a moedas estrangeiras, e podem ter um efeito adverso no valor de mercado de nossas ações.

A taxa de câmbio entre o dólar americano e a moeda brasileira passou por significantes flutuações nos anos recentes. Entre 2000 e 2003, o real desvalorizou 68% em relação ao dólar americano e valorizou 43% entre 2004 e 2011. Enquanto que em 2012 - 2013, a desvalorização foi de 25%.

Em 31 de Dezembro de 2013, 15,9% do total de R\$8,75 bilhões de nossa dívida estava denominada em dólar americano e UMBNDES (cesta de moedas do BNDES). Em 31 de Dezembro de 2013, nós tínhamos hedge cambial para cobrir toda nossa dívida em moeda estrangeira.

Parte dos custos relacionados à nossa infraestrutura de rede e serviços fornecidos por vendedores externos é pagável ou está atrelada ao pagamento por nós em dólar americano.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

No entanto, todas as nossas receitas são geradas em reais, exceto as receitas provenientes de transações com hedge e interconexão de longa distância internacional e serviços para clientes fora do Brasil.

Na medida em que o valor do real diminui em relação ao dólar, nossos compromissos atrelados à flutuações das taxas de câmbio ou dívidas em moeda estrangeira tornam-se mais caros e o retorno de nossas contas a receber denominadas em moedas estrangeiras se valorizam, o que pode afetar adversamente nossas receitas e despesas. No entanto, 99,9% do saldo líquido das operações denominadas em moedas estrangeiras são cobertas por transações de hedge. Desde maio de 2010, a Companhia começou a usar o valor líquido coberto por exposições à taxas de câmbio estrangeiras geradas por faturas emitidas ou recebidas em moedas estrangeiras, substancialmente reduzidas pelo risco da Companhia à flutuações nas taxas de câmbio. Periodicamente recebendo as faturas pelo valor líquido coberto e determinando a cobertura de exposições, o departamento de gestão de risco da Companhia monitora a exposição à taxa de câmbio estrangeira e compromissos atrelados a moedas estrangeiras para que não alcancem um montante significativo.

A evolução política, econômica e social e a percepção de risco em outros países, tanto países de mercados emergentes quanto desenvolvidos, podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos títulos brasileiros, inclusive nossas ações.

O mercado de títulos emitidos por companhias brasileiras pode ser afetado, em vários aspectos, pelas condições econômicas tanto em países emergentes quanto desenvolvidos. A reação dos investidores com relação aos acontecimentos em outros países pode ter um impacto adverso no valor de mercado dos títulos das companhias brasileiras. Crises em outros países emergentes ou na política econômica de outros países podem reduzir a demanda de investidores por títulos de companhias brasileiras, incluindo nossas ações. Quaisquer destes acontecimentos externos podem afetar adversamente o valor de mercado de nossas ações e piorar nosso acesso ao mercado de capitais e de financiar nossas operações com termos e custos aceitáveis no futuro.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a) riscos para os quais se busca proteção**

- O risco de oscilações nas taxas de câmbio decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas que aumentem as despesas decorrentes de passivos de empréstimos e compromissos de compra ou reduzam as receitas em moeda estrangeira; e

- O risco de oscilações nas taxas de juros local decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas: (a) pela elevação do CDI: que pode afetar negativamente os encargos financeiros das pontas passivas dos derivativos contratados a taxas de juros flutuantes para cobrir o risco de passivos cambiais ou (b) pela redução do CDI: que pode afetar negativamente os encargos financeiros das pontas ativas dos derivativos contratados a taxas de juros flutuantes para cobrir o risco dos ativos cambiais e a receita decorrente das aplicações financeiras de curto prazo indexadas à variação do CDI.

- Há também o risco associado ao endividamento com o BNDES indexado à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e risco associado com um prestador de serviços indexado ao IPCA, porém ambos representam um risco baixo para a Companhia.

b) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia está exposta aos riscos de mercado de variação das taxas de câmbio e de juros, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Para o controle destes riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção desses riscos. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, na Companhia, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Para a proteção do risco cambial, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos Swaps do tipo *Plain Vanilla*.

d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia monitora os saldos expostos a flutuações de taxas de juros, moedas e índices de preço de seus ativos e passivos financeiros. Esses saldos são calculados com base no fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado, utilizando as curvas divulgadas pela BM&FBovespa. A Companhia busca continuamente cobrir toda a sua exposição cambial, contratando derivativos que neutralizem os impactos de flutuações da taxa de câmbio presentes em seus ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras.

e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia contrata instrumentos financeiros apenas com o objetivo de proteção patrimonial (hedge) de riscos de taxas de câmbio.

f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O controle de gerenciamento de riscos financeiros é realizado pela Gerência de Controle e Gestão de Riscos Financeiros, subordinada à Diretoria Financeira Corporativa, que responde ao Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Telefonica Brasil. É responsabilidade desta Gerência a elaboração da Política de Risco de Crédito, que é aprovada por seus respectivos níveis hierárquicos e pelo Comitê de Operações Financeiras, composto pelo CFO, Diretora de Finanças e Diretora de Controladoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade destes hedges no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de dezembro de 2013, os hedges contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura.

O Comitê de Operações Financeiras se reúne mensalmente e aprova, além da Política de Risco de Crédito que é revisada anualmente, os limites de crédito vigentes com instituições financeiras, e as contrapartes autorizadas a operar com o grupo para operações que gerem exposição ao risco de crédito. Este Comitê também monitora exposições a risco cambial, de taxa de juros e de liquidez.

Diariamente a Gerência de Controle e Gestão de Riscos Financeiros monitora a aderência das operações financeiras aos níveis de exposição a riscos definidos pela Telefonica Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não existem outras informações relevantes sobre o item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos valores de 2011 as informações consolidadas da Companhia incluem os resultados da Vivo Participações S.A. (incorporada pela Companhia em 03/10/2011) e Vivo S.A. desde 1º de abril de 2011.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Telefônica Brasil entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo.

A tabela a seguir indica os montantes de disponibilidades e aplicações financeiras, endividamento de curto e longo prazo e estrutura de capital da Companhia, conforme demonstrações financeiras apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(R\$ milhões)

	2013	2012	2011
Disponibilidades	6.543,9	7,133,5	2.889,5
Endividamento de Curto Prazo			
Empréstimos e Financiamentos	1.236,8	1.270,1	1.000,1
Debêntures	286,9	702,2	468,6
Total do endividamento de Curto Prazo	1.523,7	1.972,3	1.468,7
Endividamento de Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos	3.215,2	3.774,5	3.968,5
Debêntures	4.014,7	2.253,7	787,8
Total do endividamento de longo prazo	7.229,9	6.028,2	4.756,3
Patrimônio Líquido			
Capital social	37.798,1	37.798,1	37.798,1
Reserva especial de ágio	63,1	63,1	63,1
Reservas de capital	2.623,8	2.623,8	2.656,6
Reservas de lucros	1.287,5	1.100,0	877,3
Prêmio aquisição partic. de não controladores	(70,4)	(70,4)	(29,9)
Dividendo adicional proposto	1.175,5	3.148,8	1.953,0
Outros resultados abrangentes	16,8	17,7	7,5
Participação de acionistas não controladores	-	-	5,1
Total do Patrimônio Líquido	42.894,4	44.681,1	43.330,8

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com dívida de R\$8.753,5 milhões (R\$7.967,2 milhões em 2012 e R\$6.203,9 milhões em 2011) ou 20,4% do patrimônio líquido (17,8% em 2012 e 14,3% em 2011). O aumento em 2013 se deve à emissão de debêntures e a novas captações com o BNDES. Os recursos captados são 15,9% denominados em moeda estrangeira e 84,1% denominados em moeda nacional, sendo a maior parte junto ao BNDES.

A Companhia empenha constantes esforços no sentido de tomar as medidas cabíveis, mediante a atual conjuntura do mercado, para proteger suas dívidas dos efeitos de eventuais desvalorizações cambiais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, que podem se referir à captação de recursos junto a instituições financeiras ou a emissão de títulos de dívida. O item 10.1.f deste Formulário de Referência apresenta as características das dívidas da Companhia.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia é conservadora, com indicadores baixos de alavancagem. A relação de dívida financeira líquida sobre patrimônio líquido era de apenas 7,3% em 31 de dezembro de 2011, 1,0% em 31 de dezembro de 2012 e de 4,2% em 31 de dezembro de 2013. O aumento na dívida líquida se deve principalmente ao maior pagamento de dividendos e de juros sobre capital próprio em 2013.

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$37.798,1 milhões, representado por 1.125.601.930 ações sem valor nominal, sendo 381.587.111 ações ordinárias e 744.014.819 ações preferenciais totalmente integralizadas. As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 7, 9 e 10 do Estatuto Social da Companhia, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

i. hipóteses de resgate

Na data deste formulário não havia hipótese de resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há fórmula de cálculo.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria Financeira, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entende que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto e longo prazo.

A Companhia estrutura os vencimentos de seus contratos financeiros (derivativos e não derivativos), de modo a não afetar a sua liquidez. Além disso, o controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de desembolsos.

DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA			
(R\$ milhões)			
	Dez/13	Dez/12	Dez/11
Dívida de Curto Prazo	(1.523,7)	(1.972,3)	(1.468,7)
Dívida de Longo Prazo	(7.229,9)	(6.028,2)	(4.756,3)
Dívida Total	(8.753,6)	(8.000,5)	(6.225,0)
Posição Líquida com Derivativos	349,8	271,3	98,2
Dívida (pós-operações de derivativos)	(8.403,8)	(7.729,2)	(6.126,8)
Caixa e Aplicações Financeiras	6.604,1	7.256,1	2.889,5
Dívida Líquida	(1.799,7)	(473,1)	(3.237,3)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dívida Líquida / EBITDA	0,17	0,04	0,31
Dívida Total / EBITDA	0,83	0,63	0,60
Dívida Total / Market Cap	0,18	0,15	0,11

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte utilizada pela empresa para financiar suas necessidades de capital de giro e investimento em ativos não circulantes é a sua própria geração de caixa livre ("free cash flow"), no entanto durante os anos de 2013, 2012 e 2011 a Companhia utilizou também linhas de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar parte de seus investimentos em ativos não-circulantes. O quadro a seguir mostra o valor de principal captado (em milhões de reais) nestes anos.

Financiamento	Captação em 2013	Captação em 2012	Captação em 2011
BNDES	289,1	816,1	1.028,3

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A geração de caixa da empresa ainda será a principal fonte de financiamento da Companhia para o ano de 2014, porém havendo necessidades de captação, a empresa poderá ir ao mercado e captar via operações de empréstimos, financiamentos ou emissões em mercado de capitais.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía a seguinte posição de endividamento:

(R\$ milhões)

(R\$ milhões)	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Saldo em Dez/13		
				Curto prazo	Longo prazo	Total
Moeda local						
BNDES	UR TJLP	TJLP + 0% a 9,0%	Até 2016	776,8	1.665,1	2.441,9
BNDES	R\$	2,5% a 8,7%	Até 2020	31,3	140,4	171,7
BNB	R\$	10,00%	Até 2016	102,9	122,0	225,0
Debêntures	R\$	106,00% a 106,8% do CDI	Até 2014	108,2	640,0	748,2
Debêntures	R\$	IPCA + 0,5% a IPCA + 7%	Até 2021	95,4	76,7	172,1
Debêntures	R\$	100% do CDI + 0,75 spread	Até 2017	60,4	2.000,0	2.060,4
Debêntures	R\$	100% do CDI + 0,68 spread	Até 2018	22,9	1.300,0	1.322,9
Outros	-	-	Até 2033	19,3	197,5	216,8
Moeda estrangeira						
BEI	US\$	4,18% e 4,47%	Até 2015	265,9	619,3	885,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDES	UMBND	ECM + 2,38%	Até 2019	36,7	468,8	505,5
Empréstimo	US\$	1,75%	Até 2014	3,5	-	3,5
Mediocrédito						
Outros	US\$		Até 2015	0,3	-	0,3
Total Consolidado				1.523,7	7.229,8	8.753,6

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía relações de longo prazo com as instituições financeiras BNDES, BNB, BEI, cuja posição é apresentada no quadro acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre as dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia possui empréstimos obtidos junto ao BNDES e debêntures (4ª emissão de R\$805,0 milhões, emissão Vivo Participações; 3ª Emissão de R\$2.000 milhões e 4ª Emissão R\$ 1.300 milhões) que incluem cláusulas restritivas relativas ao cumprimento de certos índices financeiros ("covenants"), tradicionalmente aplicáveis a estes tipos de operações e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Estas cláusulas restritivas são apuradas semestral e trimestralmente durante a vigência dos contratos e até 31 de dezembro de 2013 foram totalmente cumpridas pela Companhia.

O quadro a seguir demonstra o cumprimento desses índices financeiros em 31 de dezembro de 2013:

Patrimônio líquido / Ativo Total	0,62
Índice mínimo de 0,32	
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	0,17
Índice máximo de 2,50	
Dívida Financeira Líquida de CP / EBITDA	-0,61
Índice máximo de 0,20	
EBITDA / (Res. Financeiro Líquido)	48,99
Índice mínimo de 3,00	

g) limite de utilização dos financiamento já contratados

A tabela a seguir informa os limites de crédito utilizados junto a instituições financeiras:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empresa	Instituição	Tipo	Contrato	Crédito Contratado ME	Crédito Contratado R\$	Moeda	Crédito Utilizado R\$	% Utilizado
Telefônica Brasil	BNDES (FINEM)	Direto	07.2.0839.1	2.034.717.000	2.034.717.000	URTJLP	2.034.717.000	100%
Telefônica Brasil	BNDES (PSI)	Indireto	783537-P	2.399.004	2.399.004	R\$	238.945	10%
Telefônica Brasil	BNDES (PSI)	Indireto	783611-2	4.824.803	4.824.803	R\$	2.022.732	42%
Comercial Cabo TV	BNDES (PSI)	Indireto	92.876-3	2.510.838	2.510.838	R\$	2.510.838	100%
Comercial Cabo TV	BNDES (PSI)	Indireto	26.329-0	9.292.320	9.292.320	R\$	9.292.320	100%
Comercial Cabo TV	BNDES (PSI)	Indireto	34.194-0	2.753.280	2.753.280	R\$	2.753.280	100%
Comercial Cabo TV	BNDES (PSI)	Indireto	18.538-8	7.650.000	7.650.000	R\$	7.650.000	100%
Comercial Cabo TV	BNDES (PSI)	Indireto	18.539-6	5.100.000	5.100.000	R\$	5.100	100%
Comercial Cabo TV	BNDES (PSI)	Indireto	75.813-2	5.548.500	5.548.500	R\$	5.539.622	100%
Comercial Cabo TV	BNDES (PSI)	Indireto	75.814-0	5.548.500	5.548.500	R\$	5.512.990	99%
Comercial Cabo TV	BNDES (PSI)	Indireto	-	9.230.400	9.230.400	R\$	-	0%
Paraná	BNDES (PSI)	Indireto	35.432-5	1.759.500	1.759.500	R\$	1.704.548	97%
Vivo	BNDES (FINEM)	Direto	07.2.0366.1	1.530.459.000	1.530.459.000	URTJLP	1.530.459.000	100%
Vivo	BNDES (FINEM)	Direto	11.2.0814.1 (A)	1.360.455.000	1.360.455.000	URTJLP	1.275.616.900	94%
Vivo	BNDES (FINEM)	Direto	11.2.0814.1 (B)	544.182.000	544.182.000	UMBNDDES	406.206.020	75%
Vivo	BNDES (FINEM)	Direto	11.2.0814.1 (C)	858.770.000	858.770.000	URTJLP	282.149.000	33%
Vivo	BNDES (FINEM)	Direto	11.2.0814.1 (D)	245.363.000	245.363.000	URTJLP	80.948.000	33%
Vivo	BNDES (FINEM)	Direto	11.2.0814.1 (E)	22.340.000	22.340.000	URTJLP	14.797.000	66%
Vivo	BNDES (PSI)	Indireto	-	319.927.077	319.927.077	R\$	184.489.687	58%
Vivo	BEI	Direto	-	250.000.000	624.437.068	EUR	624.437.068	100%
Vivo	BNB	Direto	02449992-A	247.240.000	247.240.000	R\$	247.240.000	100%
Vivo	BNB	Direto	02449992-B	389.000.000	389.000.000	R\$	389.000.000	100%
Vivo	BNDES (PSI)	Indireto	-	353.482.607	353.482.607	R\$	18.184.285	5%

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia descreve a seguir as alterações significativas em itens das Demonstrações Financeiras Consolidadas na seguinte base de comparação: 2013 x 2012 e 2012 x 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**2013 x 2012**

ATIVO					
	dez/13	AV%	dez/12	AV%	Var 2013-2012
Ativo circulante	15.936,7	22,9%	16.209,2	23,1%	(1,7%)
Caixa e equivalentes de caixa	6.543,9	9,4%	7.133,5	10,2%	(8,3%)
Contas a receber, líquidas	5.802,8	8,3%	5.546,9	7,9%	4,6%
Estoques	505,6	0,7%	387,8	0,5%	30,4%
Tributos a recuperar	2.192,0	3,2%	2.052,4	2,9%	6,8%
Depósitos e bloqueios judiciais	204,2	0,3%	126,6	0,2%	61,3%
Operações com derivativos	89,5	0,1%	41,1	0,1%	117,8%
Despesas antecipadas	257,3	0,4%	248,3	0,3%	3,6%
Outros ativos	341,4	0,5%	672,6	1,0%	(49,2%)
Ativo não circulante	53.604,4	77,1%	54.041,9	76,9%	(0,8%)
Ativos realizáveis no longo prazo	5.573,4	8,0%	6.289,2	8,9%	(11,4%)
Investimentos	86,3	0,1%	142,9	0,2%	(39,6%)
Imobilizado, líquido	18.441,6	26,6%	17.604,1	25,1%	4,8%
Intangível, líquido	29.503,1	42,4%	30.005,7	42,7%	(1,7%)
TOTAL DO ATIVO	69.541,1	100,0%	70.251,1	100,0%	(1,0%)

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa: Representava em dez/13 9,4% do ativo total, apresentando variação negativa de 8,3% na comparação com o ano anterior. Essa variação decorre do consumo de caixa pelas atividades de investimento em R\$5.543,6 milhões e pelas atividades de financiamento em R\$4.142,2 milhões, compensado pela geração de caixa operacional de R\$9.096,2 milhões.

Contas a receber, líquidas: Representava em dez/13 8,3% do ativo total, apresentando variação positiva de 4,6% na comparação com o ano anterior, decorrente do aumento nas contas a receber brutas, parcialmente compensado pelo aumento na provisão para a redução ao valor recuperável.

Estoques: Variação positiva de 30,4%, decorrente principalmente da aquisição de aparelhos com tecnologia 4G e impacto nos preços pela variação no dólar, compensada pelo aumento na provisão para redução ao valor recuperável.

Tributos a recuperar: Representava em dez/13 3,2% do ativo total, apresentando variação positiva de 6,8% na comparação com o ano anterior, decorrente do aumento de ICMS, imposto de renda e contribuição social a recuperar e tributos retidos na fonte, compensado pela redução de PIS, COFINS e outros tributos.

Outros ativos: Variação negativa de 49,2%, decorrente principalmente do menor crédito com fornecedores, redução de adiantamento a fornecedores e empregados e outros ativos.

Ativo Não Circulante

Ativos realizáveis no longo prazo: Representava em dez/13 8,0% do ativo total, apresentando variação negativa de 11,4% na comparação com o ano anterior, decorrente principalmente da redução de tributos diferidos e a recuperar, compensada pelo aumento de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contas a receber, depósitos e bloqueios judiciais, operações com derivativos e outros valores a realizar.

Investimentos: Variação negativa de 39,6%, decorrente dos efeitos de equivalência patrimonial em empresas de controle conjunto (não consolidadas) e outros investimentos.

Imobilizado e intangível, líquidos: Representava em dez/13 68,9% do ativo total, apresentando variação positiva de 0,7% na comparação com o ano anterior, decorrente do CAPEX de R\$6.033,2 milhões, compensada pelas depreciações e amortizações, baixas de valor residual líquido e transferências.

PASSIVO					
	dez/13	AV%	dez/12	AV%	Var 2013-2012
Passivo circulante	13.768,3	19,8%	13.536,8	19,8%	1,7%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	431,4	0,6%	416,3	0,6%	3,6%
Fornecedores	6.914,0	9,9%	5.889,1	8,4%	17,4%
Impostos, taxas e contribuições	1.315,2	1,9%	1.781,2	2,5%	(26,2%)
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	1.236,8	1,8%	1.270,1	1,8%	(2,6%)
Debêntures	286,9	0,4%	702,2	1,0%	(59,1%)
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.187,5	1,7%	467,8	0,7%	153,8%
Provisões	561,4	0,8%	496,8	0,7%	13,0%
Operações com derivativos	44,5	0,1%	29,6	0,0%	50,3%
Receita diferida	817,5	1,2%	734,6	1,1%	11,3%
Licenças de autorização	95,8	0,1%	995,0	1,4%	(90,4%)
Grupamento de frações de ações	389,2	0,6%	389,5	0,6%	(0,1%)
Outras obrigações	488,1	0,7%	364,6	0,5%	33,9%
Passivo não circulante	12.878,4	18,5%	12.033,2	17,1%	7,0%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	18,7	0,0%	13,2	0,0%	41,7%
Impostos, taxas e contribuições	75,0	0,1%	488,7	0,7%	(84,7%)
Tributos diferidos	722,6	1,0%	1.216,7	1,7%	(40,6%)
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	3.215,2	4,6%	3.774,5	5,4%	(14,8%)
Debêntures	4.014,7	5,8%	2.253,7	3,2%	78,1%
Provisões	4.062,4	5,8%	3.453,6	4,9%	17,6%
Operações com derivativos	24,8	0,1%	26,5	0,0%	(6,4%)
Obrigações com planos de benefícios pós emprego	370,3	0,5%	392,3	0,6%	(5,6%)
Receita diferida	253,7	0,4%	303,4	0,4%	(16,4%)
Outras obrigações	121,0	0,2%	110,6%	0,2%	9,4%
Patrimônio líquido	42.894,4	61,7%	44.681,1	63,6%	(4,0%)
TOTAL DO PASSIVO	69.541,1	100,0%	70.251,1	100,0%	(1,0%)

Passivo Circulante

Pessoal, encargos e benefícios sociais: Variação positiva de 3,6%, decorrente da provisão para participação de empregados nos resultados e encargos sociais.

Fornecedores: Representava em dez/13 9,9% do passivo total, apresentando variação positiva de 17,4% na comparação com o ano anterior, decorrente do aumento dos valores a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pagar a fornecedores e repasse a outras operadoras, parcialmente compensado pela redução nos valores a pagar de interconexão.

Impostos, taxas e contribuições: Representava em dez/13 1,9% do passivo total, apresentando variação negativa de 26,2% na comparação com o ano anterior, decorrente da redução de imposto de renda e contribuição social em R\$220,6 milhões, PIS, COFINS e outros tributos em R\$116,6 milhões e ICMS em R\$128,8 milhões.

Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil: Representava em dez/13 1,8% do passivo total, apresentando variação negativa de 2,6% na comparação com o ano anterior, decorrente de pagamentos de R\$1.559,0 milhões, compensada principalmente por transferências do longo prazo de R\$1.191,8 milhões, encargos e variação cambial/ monetária de R\$322,8 milhões.

Debêntures: Variação negativa de 59,1%, decorrente de pagamentos de R\$921,9 milhões, compensada pelas transferências do longo prazo de R\$189,1 milhões e encargos de R\$317,5 milhões.

Dividendos e juros sobre o capital próprio: Representava em dez/13 1,7% do passivo total, apresentando variação positiva de 153,8% na comparação com o ano anterior, decorrente das destinações de juros sobre o capital próprio e dividendos de R\$5.372,1 milhões, compensada pelos pagamentos de R\$4.535,6 milhões e prescrição de dividendos de R\$116,8 milhões.

Provisões: Variação positiva de 13%, decorrente da movimentação de provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias, sendo: ingressos líquidos de R\$146,3 milhões, compensada por baixas de R\$71,1 milhões e transferências de R\$10,6 milhões.

Licença de autorização: Variação negativa de 90,4%, decorrente do pagamento do saldo principal da aquisição das licenças de autorização de exploração da tecnologia 4G.

Outras obrigações: Variação positiva de 33,9%, decorrente do aumento no volume de retenções e obrigações com terceiros em R\$97,4 milhões e obrigações com partes relacionadas e outras obrigações em R\$66,3 milhões, compensada pela redução no ônus para renovação de licenças de autorização/concessão em R\$40,2 milhões.

Passivo Não Circulante

Impostos, taxas e contribuições: Variação negativa de 84,7%, decorrente principalmente da quitação do saldo até Set-13 do ICMS do Programa Paraná + Emprego.

Tributos diferidos: Variação negativa de 40,6%, decorrente do efeito líquido dos tributos diferidos por amortizações de ágios gerados pelo PPA da Vivo Part. e por amortizações fiscais de processos de reestruturação societária, créditos reconhecidos dos tributos diferidos de prejuízos fiscais e base negativa e sobre diferenças temporárias.

Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil: Representava em dez/13 4,6% do passivo total, apresentando variação negativa de 14,8% na comparação com o ano anterior, decorrente de transferências para o curto prazo de R\$1.191,8 milhões, compensadas por novas captações de R\$482,8 milhões e encargos e variação cambial/monetária de R\$149,7 milhões.

Debêntures: Representava em dez/13 5,8% do passivo total, apresentando variação positiva de 78,1% na comparação com o ano anterior, decorrente da emissão de debêntures de R\$1.300,0 milhões (4ª emissão), repactuação da 2ª série da 4ª emissão de R\$640,0 milhões, compensada pelas transferências para o curto prazo de R\$189,1 milhões e encargos de R\$10,1 milhões.

Provisões: Representava em dez/13 5,8% do passivo total, apresentando variação positiva de 17,6% na comparação com o ano anterior, decorrente da movimentação de provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias, sendo: ingressos líquidos de R\$534,7 milhões, atualizações monetárias de R\$269,7 milhões, compensada por baixas de R\$206,2 milhões e transferências de R\$10,6 milhões.

Receita diferida: Variação negativa de 16,4%, decorrente principalmente do diferimento das receitas de serviços, mercadorias, subvenções governamentais e doações de equipamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio Líquido: Representava em dez/13 61,7% do passivo total, apresentando variação negativa de 4,0% na comparação com o ano anterior, decorrente das destinações de dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$5.632,7 milhões, compensada pelo lucro líquido do exercício de R\$3.715,9 milhões, dividendos prescritos e outros resultados abrangentes de R\$130,1 milhões.

2012 x 2011

ATIVO					
	dez/12	AV%	dez/11	AV%	Var 2012-2011
Ativo circulante	16.209,2	23,1%	11.759,7	17,9%	37,8%
Caixa e equivalentes de caixa	7.133,5	10,2%	2.889,5	4,4%	146,9%
Contas a receber, líquidas	5.546,9	7,9%	5.128,1	7,8%	8,2%
Estoques	387,8	0,5%	471,7	0,7%	(17,8%)
Tributos a recuperar	2.052,4	2,9%	2.495,1	3,8%	(17,7%)
Depósitos e bloqueios judiciais	126,6	0,2%	116,4	0,2%	8,8%
Operações com derivativos	41,1	0,1%	1,9	0,0%	-
Despesas antecipadas	248,3	0,3%	255,1	0,4%	(2,7%)
Outros ativos	672,6	1,0%	401,9	0,6%	67,4%
Ativo não circulante	54.041,9	76,9%	53.728,8	82,1%	0,6%
Ativos realizáveis no longo prazo	6.289,2	8,9%	6.380,6	9,7%	(1,4%)
Investimentos	142,9	0,2%	152,3	0,2%	(6,2%)
Imobilizado, líquido	17.604,1	25,1%	17.146,5	26,2%	2,7%
Intangível, líquido	30.005,7	42,7%	30.049,4	46,0%	(0,1%)
TOTAL DO ATIVO	70.251,1	100,0%	65.488,5	100,0%	7,3%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa: Representava em dez/12 10,2% do ativo total, apresentando crescimento de 146,9% na comparação com o ano anterior. Essa variação decorre da geração de caixa operacional de R\$10.054,0 milhões, compensada com o consumo de caixa pelas atividades de investimento de R\$3.720,8 milhões e pelas atividades de financiamento de R\$2.080,2 milhões.

Contas a receber, líquidas: Representava em dez/12 7,9% do ativo total, apresentando variação positiva de 8,2% na comparação com o ano anterior, pelo aumento nas contas a receber brutas, parcialmente compensado pelo aumento na provisão para a redução ao valor recuperável.

Estoques: Variação negativa impactada pela redução nos estoques de materiais para revenda e consumo, compensada pelo aumento na provisão para redução ao valor recuperável.

Tributos a recuperar: Representava em dez/12 2,9% do ativo total, apresentando redução de 17,7% na comparação com o ano anterior, pela queda de imposto de renda e contribuição social a recuperar, Pis, Cofins e outros tributos, compensada pelo aumento de ICMS, devido principalmente, de créditos por compras de bens do ativo imobilizado.

Outros ativos: Crescimento de 67,4% principalmente pelos montantes a receber da alienação de ativos, compensada pela redução nos créditos com fornecedores e outros ativos.

Ativo Não Circulante

Ativos realizáveis no longo prazo: Representava em dez/12 8,9% do ativo total, apresentando variação negativa de 1,4% na comparação com o ano anterior, gerada,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principalmente, pela redução de tributos diferidos e a recuperar, compensada pelo aumento de depósitos e bloqueios judiciais, operações com derivativos e outros valores a realizar.

Investimentos: Variação negativa devida à alienação de investimentos na Zon Multimídia e pelos efeitos de equivalência patrimonial em empresas de controle conjunto (não consolidadas) e outros investimentos.

Imobilizado e intangível, líquidos: Representava em dez/12 67,8% do ativo total, apresentando variação positiva de 0,9% em relação ao exercício de 2011, resultante do CAPEX de R\$6.116,7 milhões, compensada pelo registro de depreciações e amortizações, além da baixa de valor residual líquido e transferências.

PASSIVO					
	dez/12	AV%	dez/11	AV%	Var 2012-2011
Passivo circulante	13.536,8	19,3%	12.740,6	19,4%	6,2%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	416,3	0,6%	495,6	0,8%	(16,0%)
Fornecedores	5.889,1	8,4%	6.038,1	9,2%	(2,5%)
Impostos, taxas e contribuições	1.781,2	2,5%	1.691,7	2,6%	5,3%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	1.270,1	1,8%	1.000,1	1,5%	27,0%
Debêntures	702,2	1,0%	468,6	0,6%	49,9%
Dividendos e juros sobre capital próprio	467,8	0,7%	973,0	1,5%	(51,9%)
Provisões	496,8	0,7%	416,3	0,6%	19,3%
Operações com derivativos	29,6	0,0%	51,2	0,1%	(42,2%)
Receita diferida	734,6	1,1%	761,3	1,2%	(3,5%)
Licenças de autorização	995,0	1,4%	-	-	100,0%
Grupamento de frações de ações	389,5	0,6%	390,0	0,6%	(0,1%)
Outras obrigações	364,6	0,5%	454,7	0,7%	(19,8%)
Passivo não circulante	12.033,2	17,1%	9.417,1	14,4%	27,8%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	13,2	0,0%	15,2	0,0%	(13,2%)
Impostos, taxas e contribuições	488,7	0,7%	433,1	0,7%	12,8%
Tributos diferidos	1.216,7	1,7%	789,0	1,2%	54,2%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	3.774,5	5,4%	3.968,5	6,1%	(4,9%)
Debêntures	2.253,7	3,2%	787,8	1,2%	186,1%
Provisões	3.453,6	4,9%	2.838,0	4,3%	21,7%
Operações com derivativos	26,5	0,0%	78,4	0,1%	(66,2%)
Obrigações com planos de benefícios pós emprego	392,3	0,6%	308,8	0,5%	27,0%
Receita diferida	303,4	0,4%	156,3	0,2%	94,1%
Outras obrigações	110,6	0,2%	42,0	0,1%	163,3%
Patrimônio líquido	44.681,1	63,6%	43.330,8	66,2%	3,1%
TOTAL DO PASSIVO	70.251,1	100,0%	65.488,5	100,0%	7,3%

Passivo Circulante

Pessoal, encargos e benefícios sociais: Variação negativa resultante da redução na provisão de participação de empregados nos resultados e respectivos encargos sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores: Representava em dez/12 8,4% do passivo total, apresentando queda de 2,5% na comparação com o ano anterior, resultante da redução dos valores a pagar a fornecedores, parcialmente compensada pelo aumento nos valores de repasse, interconexão e outros.

Impostos, taxas e contribuições: Representava em dez/12 2,5% do passivo total, apresentando variação positiva de 5,3% na comparação com o ano anterior, resultante do aumento de imposto de renda e contribuição social em R\$113,9 milhões, Pis, Cofins, ISS e outros tributos em R\$83,8 milhões, compensada pela redução de ICMS em R\$108,2 milhões.

Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil: Representava em dez/12 1,8% do passivo total, apresentando variação positiva de 27,0% na comparação com o ano anterior, resultante de transferências do longo prazo de R\$1.171,6 milhões, encargos e variação cambial/monetária de R\$391,6 milhões, compensada por pagamentos de R\$1.293,2 milhões.

Debêntures: Variação positiva resultante de transferências do longo prazo de R\$552,7 milhões e encargos de R\$124,1 milhões, compensada por pagamentos de R\$443,2 milhões.

Dividendos e juros sobre o capital próprio: Variação negativa decorrente de pagamentos de R\$3.494,0 milhões e pela prescrição de dividendos de R\$89,7 milhões, compensada pela destinação de R\$3.075,6 milhões.

Provisões: Variação positiva resultante da movimentação de provisões cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórias, sendo: ingressos líquidos de R\$149,6 milhões, atualizações monetárias de R\$25,2 milhões, compensada por baixas de R\$88,0 milhões e transferências para o longo prazo de R\$6,3 milhões.

Licença de autorização: Variação positiva é resultante do registro de 90% do saldo remanescente da aquisição das licenças de autorização de exploração da tecnologia 4G.

Outras obrigações: Variação negativa pela redução no volume de retenções e obrigações com terceiros em R\$152,7 milhões, compensada pelo aumento no ônus para renovação de licenças de autorização/ concessão em R\$62,6 milhões.

Passivo Não Circulante

Impostos, taxas e contribuições: Variação positiva resultante do aumento de ICMS em R\$55,6 milhões.

Tributos diferidos: Representava em dez/12 1,7% do passivo total, apresentando variação positiva de 54,2% na comparação com o ano anterior, resultante do aumento em tributos diferidos por amortizações de ágios gerados pelo PPA da Vivo e por amortizações fiscais de processos de reestruturação societária.

Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil: Representava em dez/12 5,4% do passivo total, apresentando variação negativa de 4,9% na comparação com o ano anterior, resultante de transferências para o curto prazo de R\$1.171,6 milhões, compensadas por novas captações de R\$815,8 milhões, encargos de R\$58,6 milhões e variação cambial/monetária de R\$103,2 milhões.

Debêntures: Representava em dez/12 3,2% do passivo total, apresentando variação positiva de 186,1% na comparação com o ano anterior, resultante da 3ª emissão de debêntures de R\$2.000,0 milhões, parcialmente compensado por transferências para o curto prazo de R\$552,7 milhões.

Provisões: Representava em dez/12 4,9% do passivo total, apresentando variação positiva de 21,7% na comparação com o ano anterior, resultante da movimentação de provisões cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórias, desmobilização e planos de benefício pós-emprego, transferências do curto prazo e atualizações monetárias, compensada por baixas no período.

Receita diferida: Apresenta variação positiva resultante, principalmente pelo ingresso de R\$171,2 milhões pelos processos de alienação de ativos imobilizados, compensada parcialmente pela redução nos diferimentos de serviços, mercadorias, subvenções governamentais e doações em R\$24,1 milhões.

Outras obrigações: Variação positiva gerada principalmente pelo aumento nos passivos por ônus para renovação de licenças de concessão/autorização em R\$87,6 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio Líquido: Variação positiva resultante principalmente do lucro líquido do exercício de R\$4.452,2 milhões, compensada pelas destinações de dividendos e juros sobre o capital próprio realizadas de R\$3.075,6 milhões.

Demonstrações de Resultados**2013 x 2012**

(R\$ milhões)	2013	AV%	2012	AV%	Var 2013-2012
Serviço de telefonia fixa e móvel	26.428,6	76,1%	26.555,1	78,3%	(0,5%)
Uso de rede	3.820,0	11,0%	4.453,4	13,1%	(14,2%)
Dados e SVAs móvel	16.294,9	46,9%	14.389,8	42,2%	13,2%
Serviços de TV por assinatura	645,0	1,9%	805,3	2,4%	(19,9%)
Outros serviços	1.297,3	3,7%	1.268,4	3,7%	2,3%
Venda de mercadorias e aparelhos	3.479,8	10,0%	2.792,6	8,4%	24,6%
Receita operacional bruta	51.965,6	149,6%	50.264,6	148,1%	3,4%
Impostos	(12.373,9)	(35,6%)	(12.146,7)	(35,8%)	1,9%
Descontos e devoluções	(4.869,8)	(14,0%)	(4.198,2)	(12,3%)	16,0%
Receita operacional líquida	34.721,9	100,0%	33.919,7	100,0%	2,4%
Custos das mercadorias vendidas	(2.117,9)	(6,1%)	(1.801,9)	(5,3%)	17,5%
Depreciação e amortização	(4.265,1)	(12,3%)	(4.131,8)	(12,2%)	3,2%
Serviços de terceiros e outros	(3.645,4)	(10,5%)	(3.373,1)	(9,9%)	8,1%
Interconexão e uso de rede	(3.842,3)	(11,0%)	(4.012,1)	(11,8%)	(4,2%)
Aluguéis, seguros, meios de conexão e condomínios	(1.428,0)	(4,1%)	(969,3)	(2,9%)	47,3%
Pessoal	(522,1)	(1,5%)	(459,5)	(1,4%)	13,6%
Impostos, taxas e contribuições	(1.721,4)	(5,0%)	(1.809,6)	(5,3%)	(4,9%)
Custo dos serviços prestados e mercadorias	(17.542,2)	(50,5%)	(16.557,3)	(48,8%)	5,9%
Comercialização de serviços	(9.686,1)	(27,9%)	(8.693,3)	(25,6%)	11,4%
Gerais e Administrativas	(2.177,9)	(6,3%)	(2.145,9)	(6,3%)	1,5%
Equivalência patrimonial	(55,1)	(0,2%)	0,6	(0,0%)	(9283,3%)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(383,4)	(1,1%)	687,7	2,0%	(155,8%)
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	4.877,2	14,0%	7.211,5	21,3%	(32,4%)
Resultado financeiro líquido	(214,8)	(0,6%)	(291,2)	(0,9%)	(26,2%)
Lucro antes dos impostos	4.662,4	13,4%	6.920,3	20,4%	(32,6%)
Imposto de renda e contribuição social	(946,5)	(2,7%)	(2.468,1)	(7,3%)	(61,7%)
Lucro líquido do exercício	3.715,9	10,7%	4.452,2	13,1%	(16,5%)
Participação dos acionistas não controladores	-		(1,4)		(100,0%)

A **receita operacional bruta** aumentou 3,4% totalizando R\$51.965,6 milhões em 2013 comparado a R\$50.264,6 milhões em 2012, impactado pelo aumento na receita de dados fixo e móvel, um aumento na receita de SVA móvel e uma aceleração da venda de smartphones. As variações estão detalhadas a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Serviço de telefonia fixa e móvel: Apresenta uma redução de R\$126,5 milhões, ou 0,5%, devido principalmente à redução da tarifa fixo-móvel em Abril de 2013. Esta redução foi parcialmente compensada pelo aumento nos planos pós-pago chamado "Vivo Ilimitado".

Dados e SVAS móvel: Apresenta um aumento de R\$1.905,1 milhões em 2013, ou 13,2% em relação a 2012. Esta variação é justificada pelo crescimento nas vendas de planos de dados 3G, 3G Plus e 4G atrelados a smartphones e um aumento nas vendas de pacotes de dados para clientes pré-pagos.

Uso da rede: Apresenta uma redução de R\$633,4 milhões, ou 14,2% em relação a 2012. Esta variação se deve, principalmente à redução das tarifas de terminação móvel (VU-M).

TV por assinatura: A receita de TV por assinatura totalizou R\$645 milhões em 2013, queda de 19,9% em relação ao ano de 2012. Esta variação está relacionada principalmente à desconexão de clientes MMDS devido a destinação do espectro para serviços móveis. Esta redução foi parcialmente compensada pela aceleração na venda de DTH desde junho/13, refletindo o relançamento seletivo dos serviços de TV via DTH em algumas regiões de São Paulo.

Outros: Outros serviços totalizaram R\$1.297,3 milhões, aumento de 2,3% em relação ao ano de 2012. Este aumento é justificado, principalmente, pelo maior volume de contratos corporativos com venda de equipamentos.

Vendas de mercadorias e aparelhos. As receitas de vendas de mercadorias e aparelhos totalizaram R\$3.479,8 milhões, aumento de 24,6% em relação ao ano de 2012. A variação em 2013 é explicada principalmente pelo crescimento nas vendas de smartphones, pela maior participação de clientes pós-pagos, e pela mudança de nosso modelo de vendas para o segmento de pequenas e médias empresas.

Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas:

Custos das mercadorias vendidas: Representava em dez/13 6,1% da receita operacional líquida, apresentando um aumento de 17,5% no comparativo ano a ano totalizando R\$2.117,9 milhões em 2013, comparado a R\$1.801,9 milhões em 2012. O aumento em 2013 foi devido principalmente à crescente venda de smartphones, em função do aumento nas altas em planos pós e de dados, pela mudança de nosso modelo de vendas para o segmento de pequenas e médias empresas, além do maior volume de contratos corporativos com equipamentos associados.

Depreciação e amortização: Representava em dez/13 12,3% da receita operacional líquida, apresentando um aumento de 3,2% no comparativo ano a ano totalizando R\$4.265,1 milhões em 2013, comparado a R\$4.131,8 milhões em 2012. O aumento em 2013 foi devido principalmente ao maior nível de investimentos recentes já operacionais em infraestrutura de rede, com foco em capacidade e qualidade.

Serviços de terceiros e outros: Representava em dez/13 10,5% da receita operacional líquida, apresentando um aumento de 8,1% no comparativo ano a ano totalizando R\$3.645,4 milhões em 2013, comparado a R\$3.373,1 milhões em 2012, devido principalmente ao aumento em conteúdos móveis em função do maior número de aplicativos oferecidos à nossa base de clientes, além do aumento em conteúdos de TV.

Interconexão: Representava em dez/13 11,0% da receita operacional líquida, apresentando uma diminuição de 4,2% no comparativo ano a ano totalizando R\$3.842,3 milhões em 2013, comparado a R\$4.012,1 milhões em 2012. A diminuição em 2013 foi devido principalmente à redução das Tarifas de terminação móvel (VU-M) ocorrida em abril de 2013.

Aluguéis, Seguros, meios de conexão e condomínios: Representava em dez/13 4,1% da receita operacional líquida, apresentando um aumento de 47,3% no comparativo ano a ano totalizando R\$1.428,0 milhões em 2013, comparado a R\$969,3 milhões em 2012. O aumento em 2013 foi impactado pela venda de torres, aluguel de espaços e expansão de cobertura 3G e 4G.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Pessoal: Aumentou 13,6% totalizando R\$522,1 milhões em 2013, comparado a R\$459,5 milhões em 2012. O aumento em 2013 é explicado principalmente pelo Programa de Demissão Voluntária realizado no ano e devido ao dissídio coletivo realizado em janeiro de 2013.

Impostos, taxas e contribuições: Representava em dez/13 5,0% da receita operacional líquida, apresentando diminuição de 4,9% no comparativo ano a ano totalizando R\$1.721,4 milhões em 2013, comparado a R\$1.809,6 milhões em 2012. A diminuição em 2013 foi atribuída principalmente pela redução da taxa Fistel e do ônus de Renovação de Licenças de Concessão e Autorização, explicada pela redução da receita fixa.

Comercialização de serviços: Representava em dez/13 27,9% da receita operacional líquida, apresentando um aumento de 11,4% no comparativo ano a ano totalizando R\$9.686,1 milhões em 2013, comparado a R\$8.693,3 milhões em 2012. Este aumento foi devido principalmente aos esforços comerciais para a melhora do desempenho da fixa, focando em crescimento, além do aumento da base móvel, suportada pelas políticas comerciais focadas em geração de valor. Os custos mais relevantes que aumentaram no ano a ano foram: comissão atrelada à maior adoção de planos e pacotes de dados e maior base pós paga, call center, propaganda e publicidade relacionadas à retomada dos negócios fixos.

Despesas gerais e administrativas: Representava em dez/13 6,3% da receita operacional líquida, apresentando um aumento de 1,5% no comparativo ano a ano totalizando R\$2.177,9 milhões em 2013, comparado a R\$2.145,9 milhões em 2012. O crescimento anual abaixo da inflação foi devido principalmente às iniciativas de austeridade implementadas pela Companhia durante o ano.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas: Diminuiu 155,8% totalizando R\$383,4 milhões em 2013, comparado a R\$687,7 milhões em 2012. O alto volume de receita com venda de torres em 2012 justifica variação negativa de 155,8% em 2013.

EBITDA

(R\$ milhões)	2013	2012
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	4.877,2	7.211,5
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos dos serviços prestados	4.265,1	4.131,8
Em despesas de comercialização de serviços	862,1	927,9
Em despesas gerais e administrativas	516,1	432,1
Equivalência patrimonial	55,1	(0,6)
EBITDA	10.575,6	12.702,7
Margem		
a) EBITDA	10.575,6	12.702,7
b) Receita operacional líquida	34.721,9	33.919,7
Margem EBITDA a) / b)	30,5%	37,4%

O **EBITDA** apresentou em 2013 uma redução de 16,7% em relação a 2012, apresentando um resultado de R\$10.575,6 milhões. Por sua vez, a **Margem EBITDA** alcançada em 2013 foi de 30,5%, uma redução de 7 p.p. em relação à margem registrada em 2012. Esta variação está relacionada principalmente aos maiores esforços comerciais realizados pela Companhia para a melhora do desempenho da fixa e pelo forte aumento da base móvel. Adicionalmente, o ano de 2012 foi marcado por vários eventos não recorrentes, como venda de torres, que aumentaram a base de comparação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**2012 x 2011**

(R\$ milhões)	2012	AV%	2011	AV%	Var 2012-2011
Serviço de telefonia fixa e móvel	26.555,1	78,3%	24.254,2	83,3%	9,5%
Uso de rede	4.453,4	13,1%	3.785,0	13,0%	17,7%
Dados e SVAs móvel	14.389,8	42,4%	10.929,3	37,5%	31,7%
Serviços de TV por assinatura	805,3	2,4%	865,4	3,0%	(6,9%)
Outros serviços	1.268,4	3,8%	1.089,5	3,7%	16,4%
Venda de mercadorias e aparelhos	2.792,6	8,2%	2.135,2	7,4%	30,8%
Receita operacional bruta	50.264,6	148,2%	43.058,6	147,9%	16,7%
Impostos	(12.146,7)	(35,8%)	(10.624,4)	(36,5%)	14,3%
Descontos e devoluções	(4.198,2)	(12,4%)	(3.317,6)	(11,4%)	26,5%
Receita operacional líquida	33.919,7	100,0%	29.116,6	100,0%	16,5%
Custos das mercadorias vendidas	(1.801,9)	(5,3%)	(1.284,3)	(4,4%)	40,3%
Depreciação e amortização	(4.131,8)	(12,2%)	(3.581,9)	(12,3%)	15,4%
Serviços de terceiros	(3.373,1)	(9,9%)	(2.918,4)	(10,0%)	15,6%
Interconexão e uso de rede	(4.012,1)	(11,8%)	(4.537,1)	(15,6%)	(11,6%)
Aluguéis, seguros, meios de conexão e condomínios	(969,3)	(2,9%)	(913,3)	(3,1%)	6,1%
Pessoal	(459,5)	(1,4%)	(380,1)	(1,3%)	20,9%
Impostos, taxas e contribuições	(1.809,6)	(5,3%)	(1.420,1)	(4,9%)	27,4%
Custo dos serviços prestados e mercadorias	(16.557,3)	(48,8%)	(15.035,2)	(51,6%)	10,1%
Comercialização de serviços	(8.693,3)	(25,6%)	(6.948,2)	(23,9%)	25,1%
Gerais e Administrativas	(2.145,9)	(6,3%)	(1.782,9)	(6,1%)	20,4%
Equivalência patrimonial	0,6	(0,0%)	4,3	0,0%	(86,0%)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	687,7	2,0%	441,5	1,5%	55,8%
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	7.211,5	21,3%	5.796,1	19,9%	24,4%
Resultado financeiro líquido	(291,2)	(0,9%)	(141,0)	(0,5%)	106,5%
Lucro antes dos impostos	6.920,3	20,4%	5.655,1	19,4%	22,4%
Imposto de renda e contribuição social	(2.468,1)	(7,3%)	(1.292,9)	(4,4%)	90,9%
Lucro líquido do exercício	4.452,2	13,1%	4.362,2	15,0%	2,1%
Participação dos acionistas não controladores	(1,4)		6,9		(120,3%)

A receita operacional bruta em 2012 totalizou R\$50.264,6 milhões, aumento de 16,7% em relação a 2011 que totalizou R\$43.058,6 milhões. As variações são justificadas pelos itens a seguir:

Serviço de telefonia fixa e móvel: Apresenta um crescimento R\$2.300,9 milhões na receita, impulsionado pelo aumento na receita dos planos de voz, consumo de internet e uso de mensagens. A manutenção do crescimento das recargas de pré-pago e o aumento do parque pós-pago nos planos "Vivo Ilimitado" contribuíram para essa evolução.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Uso da rede: Totalizou R\$4.453,4 milhões crescimento de 17,7% em relação a 2011. Esta variação está relacionada ao crescimento do tráfego entrante com terminação fixa especialmente o de origem móvel, além das ligações de móvel para móvel. Esse resultado está afetado pela redução da tarifa VU-M.

Dados e SVAS móvel: Apresenta um aumento de R\$3.460,5 milhões em 2012, ou 31,7% em relação a 2011. Esta variação é justificada pelo aumento no número de clientes nos serviços de acesso de dados devido, principalmente, ao forte desempenho no segmento corporativo, além da venda de planos de dados 3G e 3G Plus atrelado a smartphones.

TV por assinatura: Em 2012 totalizou R\$805,3 milhões, queda de 6,9% em relação ao ano de 2011. Esta variação está relacionada à diminuição no número de acessos de TV por assinatura no final de 2012 pela redução do esforço comercial no decorrer do ano, aguardando o lançamento da nova plataforma de TV.

Outros: A variação em 2012 registrou R\$178,9 milhões, aumento de 16,4% em relação ao ano de 2011. Este aumento é justificado, principalmente, pelas maiores receitas com fornecimento de soluções integradas para o segmento corporativo.

Vendas de mercadorias e aparelhos. As receitas passaram de R\$2.135,2 milhões em 2011 para R\$2.792,6 milhões em 2012, aumento de 30,8%. A evolução em 2012 é explicada principalmente pelo crescimento nas vendas de smartphones, pela maior participação de clientes pós-pagos nas altas e principalmente pela mudança de nosso modelo de vendas para o segmento de pequenas e médias empresas. As receitas provenientes das vendas de aparelhos e acessórios são apresentadas antes de comissões e descontos promocionais e incluem impostos sobre o valor agregado.

Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas:

Custos das mercadorias vendidas: Representava em dez/12 5,3% da receita operacional líquida, apresentando um aumento de R\$517,6 milhões na comparação de 2012 em relação a 2011, devido, basicamente, da venda de *Sim Cards*.

Depreciação e amortização do imobilizado: Representava em dez/12 12,2% da receita operacional líquida, apresentando um aumento de 15,4% no comparativo ano a ano passando de R\$3.581,9 milhões em 2011 para R\$4.131,8 milhões em 2012, devido, basicamente, a despesas com maiores investimentos em nossa rede.

Serviços de terceiros e outros: Representava em dez/12 9,9% da receita operacional líquida, atingindo R\$3.373,1 milhões em 2012, um aumento de 15,6% em relação ao ano de 2011, relacionado aos gastos com manutenção da rede e a compra de conteúdos de TV.

Interconexão: Representava em dez/12 11,8% da receita operacional líquida, totalizando em 2012 R\$4.012,1 milhões, redução de 11,6% em relação ao ano de 2011, devido principalmente à queda no uso da rede de tráfego fixo-móvel, além da redução da tarifa VUM.

Aluguéis, seguros, meios de conexão e condomínios: em 2012 totalizou R\$969,3 milhões, aumento de 6,1% na comparação com 2011, decorrente principalmente pela expansão de cobertura 3G, compensado pela redução nas tarifas de serviços de uso.

Pessoal: registrou crescimento de 20,9% em relação ao ano de 2011. Esta variação é justificada principalmente pelo reajuste salarial coletivo concedido no período.

Impostos, taxas e contribuições: Representava em dez/12 5,3% da receita operacional líquida, apresentando um aumento de 27,4% em relação ao ano de 2011, em razão do crescimento da base de clientes, refletindo no aumento com gastos de Fistel.

Comercialização dos serviços: Representava em dez/12 25,6% da receita operacional líquida, totalizando R\$8.693,3 milhões em 2012, aumento de 25,1% em relação ao ano de 2011. Esta variação está relacionada às despesas com pessoal decorrente da atividade comercial no período, incluindo comissionamento e gratificação, além de despesas com serviços de terceiros, principalmente em custos relacionados com uso da marca e propaganda e publicidade.

Despesas gerais e administrativas: Representava em dez/12 6,3% da receita operacional líquida, totalizando R\$2.145,9 milhões em 2012, crescimento de 20,4% em relação a 2011,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

decorrente da amortização dos ativos alocação referente ao ágio da aquisição da Vivo Part. (marcas e patentes, licença e carteira de clientes) com impacto de R\$796,8 milhões em 2012.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas: totalizaram R\$687,7 milhões, aumento no resultado positivo de R\$246,2 milhões justificado, principalmente, pela receita de venda de ativos não estratégicos em 2012, parcialmente compensados pelo aumento de despesas com contingências em 2012.

EBITDA

(R\$ milhões)	2012	2011
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	7.211,5	5.796,1
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos dos serviços prestados	4.131,8	3.581,9
Em despesas de comercialização de serviços	927,9	684,9
Em despesas gerais e administrativas	432,1	317,8
Equivalência patrimonial	(0,6)	(4,3)
EBITDA	12.702,7	10.376,4
Margem		
a) EBITDA	12.702,7	10.376,4
b) Receita operacional líquida	33.919,7	29.116,6
Margem EBITDA a) / b)	37,4%	35,6%

O **EBITDA** apresentou em 2012 um aumento de 22,4% em relação a 2011, apresentando um resultado de R\$12.702,7 milhões. Por sua vez, a **Margem EBITDA** alcançada em 2012 foi de 37,4%, aumento de 1,8 p.p. em relação à margem registrada em 2011. Esta variação está relacionada, principalmente, pelo aumento das receitas dos serviços de dados e SVAs, além da venda de ativos não estratégicos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstração do Fluxo de Caixa**

	Consolidado		
	31.12.13	31.12.12	31.12.11
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos	4.662.364	6.920.244	5.655.100
Itens que não afetam o caixa			
Despesas (receitas) que não representam movimentação no caixa	8.440.826	6.147.922	5.682.010
Depreciações e amortizações	5.643.310	5.491.776	4.584.596
Variações cambiais de empréstimos	98.105	(1.254)	89.549
Variações monetárias	142.289	51.860	(30.323)
Resultado de equivalência patrimonial	55.150	(588)	(4.305)
Lucro na baixa/alienação de bens	(122.598)	(1.049.014)	(482.109)
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	741.274	654.273	506.581
Provisão (reversão) de fornecedores	579.225	(73.645)	365.415
Provisão (baixas e reversões) para redução ao valor realizável dos estoques	(5.901)	791	(8.966)
Planos de pensão e outros benefícios pós emprego	26.986	(3.244)	(1.163)
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias	660.771	514.840	255.420
Despesas de juros	596.292	560.885	420.912
Provisão (reversão) para desmobilização	19.437	(7.854)	(33.138)
Provisão para programa de fidelização	8.915	14.026	9.861
Outros	(2.429)	(4.930)	9.680
(Aumento) redução no ativo operacional:	(1.673.802)	(239.769)	(259.228)
Contas a receber	(1.160.903)	(1.069.335)	(933.551)
Estoques	(111.905)	83.122	(47.355)
Tributos a recuperar	(399.105)	589.745	(214.049)
Outros ativos circulantes	37.703	116.129	1.028.902
Outros ativos não circulantes	(39.592)	40.570	(93.175)
Aumento (redução) no passivo operacional:	(1.853.108)	(2.774.400)	(2.704.849)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	20.625	(79.275)	(56.910)
Fornecedores	(490.538)	(614.237)	(277.632)
Impostos, taxas e contribuições	487.854	134.595	132.569
Juros pagos	(625.624)	(447.712)	(500.589)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(868.395)	(1.480.205)	(1.398.239)
Outros passivos circulantes	(341.427)	(219.415)	(506.884)
Outros passivos não circulantes	(35.603)	(68.151)	(97.164)
Total do caixa gerado pelas atividades operacionais	9.576.280	10.053.997	8.373.033
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-	-	-
Aquisições de imobilizado e intangível (líquido de doações)	(5.837.172)	(4.546.663)	(4.653.565)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	436.386	1.136.633	610.823
Caixa recebido na venda de investimento	-	7.551	-
Caixa e equivalentes de caixa por consolidação de sociedades	-	-	31.095
Caixa e equivalentes de caixa por combinação de negócios	-	-	1.982.898
Resgate (aplicações) financeiras em garantia	22.485	-	-
Resgate (aplicações) de depósitos judiciais	(168.075)	(326.577)	(231.132)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	2.577	8.217	21.640
Efeito de caixa e equivalentes de caixa por Incorporação/cisão	-	-	-
Total do caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(5.543.799)	(3.720.839)	(2.238.241)
Caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.336.023)	(1.288.691)	(1.440.120)
Captações de empréstimos e debêntures	2.229.134	2.815.825	2.123.727
Pagamento líquido dos contratos de derivativos	20.667	(45.413)	56.765
Pagamentos referentes a grupamento de ações	(289)	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(4.535.519)	(3.493.997)	(5.387.601)
Aquisição de participação de não controladores	-	(44.172)	(33.850)
Recompra de ações em tesouraria	-	(32.768)	(61.620)
Total do caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	(4.622.030)	(2.089.216)	(4.742.699)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(589.549)	4.243.942	1.392.093
Caixa e equivalentes no início do exercício	7.133.485	2.889.543	1.497.450
Caixa e equivalentes no final do exercício	6.543.936	7.133.485	2.889.543
Variação do caixa e equivalentes de caixa no período	(589.549)	4.243.942	1.392.093

A **geração de caixa operacional** acumulada no ano reduziu R\$ 477,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Os **recursos aplicados nas atividades de investimento** apresentaram um crescimento de R\$ 1.823,1 milhões, ocorridos, principalmente pelo maior volume de pagamentos a fornecedores de Capex, maior pagamento de licenças ao órgão regulador e pelo menor volume de recursos provenientes de alienação de imobilizado. Dessa forma, o **fluxo de caixa após atividades de investimento** apresenta um consumo de R\$ 2.300,8 milhões no ano de 2013. Os **recursos**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aplicados nas atividades de financiamento apresentaram uma variação de R\$ 2.532,8 milhões, ocasionado principalmente pelo maior volume de pagamento de dividendos e JSCP bem como menor volume de captações de empréstimos e maior volume de liquidação de empréstimos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Telefônica Brasil e sua subsidiária atuam principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão para a exploração do STFC e autorização para a exploração do SCM, respectivamente. Possui também autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do PGO/2008, bem como de outros serviços de telecomunicações, tais como o SCM (comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga) SMP e SEAC (especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo).

As concessões e autorizações são outorgadas pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

A receita operacional da Companhia é composta pelos seguintes itens:

- serviços locais de voz, incluindo habilitação, assinatura mensal, serviço medido e telefones públicos;
- tarifas de interconexão (ou tarifas de uso de rede), que são valores cobrados por nós de outras provedoras de
- serviço de linha fixa e celular pelo uso de nossa rede;
- serviços de longa distância intra-regional, inter-regional e internacional;
- serviços de dados (incluindo banda larga) e serviços móveis de valor agregado;
- serviços de TV por assinatura através da tecnologia via satélite DTH (direct to home) e IPTV, através da fibra, além do cabo;
- venda de aparelhos celulares e acessórios;
- serviços de rede, incluindo aluguel de facilidades, bem como outros serviços.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2013, a Companhia permaneceu com sua estratégia comercial focada nas diretrizes de qualidade e rentabilidade, já reconhecida pelo mercado, e ao mesmo tempo lançou produtos e serviços inovadores.

A Telefônica Brasil, sob a marca Vivo, exerceu papel de destaque atingindo a liderança do mercado 4G durante o ano de 2013 em acessos (538 mil ao final de 2013), em cobertura (com 73 municípios) e também permaneceu líder em população coberta pelo 4G (30%).

O mercado de telefonia pós-paga continuou liderado pela empresa, com a conquista de 39,8% de market share ao final de 2013. A Telefônica Brasil apresentou o MultiVivo, serviço pioneiro no país, que permite a clientes pós-pagos acessar as redes 3G e 4G com apenas um plano de internet que pode ser compartilhado para até cinco dispositivos móveis. O lançamento ratificou o posicionamento e o foco da Companhia em clientes de alto valor, proporcionando uma maior rentabilidade.

A Companhia permaneceu fomentando a criação de produtos e serviços inovadores, visando facilitar a vida de nossos clientes além de tornar ainda mais atrativas as ofertas de SVA's que complementam o portfólio. Um exemplo é o "Vivo Sync", serviço que permite armazenar na nuvem uma série de informações pessoais em um ambiente seguro para proteger e utilizar a lista de contatos, fotos, vídeos, músicas e diversos outros arquivos que ficam armazenados na nuvem e são sincronizados em qualquer dispositivo.

Lançou ainda no último trimestre de 2013 o serviço "Vivo Música by Napster", novidade que permite ouvir músicas por *streaming* no *smartphone*, *tablet* ou computador. O serviço possui

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

diversas funcionalidades e conta com um catálogo de mais de 14 milhões de títulos de diversos gêneros.

Ainda no segmento móvel, podemos destacar:

- Lançamento dos novos planos Controle Ilimitado;
- Reformulação do produto Vivo On, que adicionou ao plano acesso à internet;
- Início da comercialização de *smartphones* com sistema Firefox;
- Lançamento do programa “Vivo Renova”, que oferece aos clientes até R\$ 700 na entrega do *smartphone* usado, na compra de um novo aparelho;
- Continuidade de ofertas convergentes de móvel com serviços fixos.

No segmento fixo, destacou-se o produto Vivo Fixo com oferta de dois planos com chamadas ilimitadas, a partir de R\$ 19,90 por mês. A empresa manteve o ritmo de expansão de cobertura do produto, buscando seu crescimento e consolidação no mercado fora do estado de São Paulo.

Em TV paga, realizou o processo de desativação da tecnologia MMDS em três capitais, com finalidade regulatória para liberação do espectro. Em contrapartida, lançou no mercado paulista duas novas opções de planos Vivo TV com a tecnologia DTH e, na capital, viabilizou o IPTV em sua rede de fibra, com pacotes HD. Vale destacar o serviço OTT “Vivo Play”, oferecendo uma ampla variedade de filmes, séries e programação infantil para o cliente assistir on-line.

Em banda larga fixa, a Companhia ampliou seu portfólio de velocidades conforme a necessidade dos clientes, ofertando pacotes de 1 Mbps até 200 Mbps, com o “Vivo Internet Casa”. Destacou-se o produto Vivo Internet Box, opção de banda larga para regiões aonde não chegam outras tecnologias.

No segundo semestre do ano, a Companhia realizou a expansão de sua rede de fibra óptica para fora de São Paulo, com foco no mercado corporativo.

Para o principal mercado do país, o ano de 2013 foi marcado pela aceleração das ofertas convergentes e melhor aproveitamento da rede fixa e móvel. Neste sentido, lançamos três importantes ofertas no estado de São Paulo.

A primeira trouxe 50% de desconto, por 12 meses, nos planos *smartphone* para clientes de banda larga fixa. O objetivo foi aumentar a satisfação daqueles que já possuíam nossos produtos, assim como atrair novos consumidores de pré-pago e da concorrência.

A segunda oferta envolveu o aproveitamento da rede fixa e móvel. Lançamos o “Fale Sempre”, que, por R\$ 14,90, permite ao cliente falar à vontade por meio do telefone de casa para telefones móveis Vivo com o mesmo DDD. Com o “Fale Sempre”, o objetivo foi reduzir a queda de receita fixa pela substituição fixo-móvel, sem incrementar os nossos custos, além de atender ao anseio do cliente. O “Fale Sempre” foi ofertado para clientes da base e para novos clientes, com excelente aceitação.

A terceira oferta permitiu manter os clientes sempre conectados. Com o aumento da penetração de *notebooks* e *tablets*, os clientes passaram a sentir a necessidade de uma internet móvel para usar fora de casa. Com este foco, a Companhia lançou uma promoção em que os clientes de banda larga fixa ganharam 50% de desconto, por 12 meses, na mensalidade da internet para o *tablet* e o *notebook*.

No mercado de banda larga residencial, a Vivo inovou investindo e lançando novos produtos para chegar mais longe e com maiores velocidades.

Com o lançamento do Vivo Box através das tecnologias 3G e 4G, a Companhia aumentou a capilaridade de banda larga para cerca de 300 mil domicílios que antes não eram cobertos pela infraestrutura da rede fixa. O produto conta com um pacote de dados maior e Wi-Fi para atender as necessidades da casa.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia investiu fortemente na expansão da rede de fibra óptica até dentro da casa do cliente para atender 1,9 milhão de domicílios em 25 cidades do estado de São Paulo, sendo a única operadora em São Paulo a utilizar a tecnologia FTTH (Fiber to the Home) em todas as velocidades. No último trimestre de 2013, a Companhia lançou o novo portfólio do serviço Vivo Internet Fibra, de 50, 100 e 200 Mbps, com planos a partir de R\$ 79,90 ao mês, assegurando dessa forma que somente os clientes da Vivo tenham as maiores velocidades de São Paulo, a preços competitivos.

O ano de 2013 também ficou marcado com a retomada dos investimentos e crescimento no mercado de vídeo.

No início do ano, foi lançado o Vivo TV Fibra, com os canais de maior audiência aliados aos recursos exclusivos permitidos pela tecnologia de fibra óptica, assim como à plataforma *mediaroom*. O serviço oferece milhares de conteúdos que podem ser assistidos quando o cliente desejar, além de aplicativos exclusivos que permitem maior interatividade. A campanha massiva foi lançada ainda no primeiro semestre, na capital paulista, permitindo crescimento seis vezes maior nas vendas mensais do produto, sobretudo entre clientes que já desfrutavam da ultra banda larga da Companhia.

Também investiu no relançamento do Vivo TV com tecnologia DTH nas regiões onde não há infraestrutura de fibra ou cabo, constituindo-se numa alternativa com excelente custo-benefício para o cliente, com pacotes a partir de R\$ 29,90 ao mês. Desta forma, a Companhia proporcionou aos clientes de banda larga e voz a opção de planos de TV paga com qualidade digital de imagem para canais fechados e abertos, por um custo acessível.

Receitas Operacionais

A receita operacional bruta em 2013 totalizou R\$51.965,6 milhões, registramos aumento de R\$1.701 milhões em relação a 2012. As variações são justificadas pelo aumento na receita de dados fixo-móvel, um aumento na receita de SVA móvel e uma aceleração da venda de smartphones.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais em 2013 totalizaram R\$12.247,4 milhões, aumento de 20,6% em relação a 2012 que registrou R\$10.151,5 milhões. Este aumento foi devido principalmente aos esforços comerciais para a melhora do desempenho da fixa, focando em crescimento, do aumento da base móvel, suportada pelas políticas comerciais focadas em geração de valor, além de eventos não recorrentes, como venda de torres, ocorridos em 2012 que aumentaram a base de comparação.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Desde 2006, as tarifas telefônicas de serviços de telefonia fixa são indexadas ao IST - Índice de Serviços de Telecomunicações. O IST é composto por uma cesta ponderada de índices nacionais existentes, que refletem os custos operacionais do setor de telecomunicações. Conforme estabelecido nos contratos de concessão, a Companhia oferta plano básico de serviço e planos alternativos de serviço. Para o plano básico de serviço, a Companhia reajusta suas tarifas com base no IST, reduzido por um fator de produtividade. Esse fator de produtividade tem por objetivo permitir o compartilhamento dos ganhos econômicos entre a concessionária e os usuários. Os planos básicos de serviços são demonstrados a seguir:

- Serviços locais: as tarifas são estabelecidas de acordo com uma cesta de tarifas, que inclui tarifas de tráfego medido e de assinatura. No caso de um reajuste de tarifas, cada um dos itens dentro da cesta local tem um peso diferente e, contanto que o reajuste da cesta local total não exceda ao resultado da variação do IST, menos o fator de produtividade estabelecido pela Anatel, cada tarifa, individualmente, pode exceder à variação do IST em até 5%, conforme previsto no contrato de concessão;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Tarifa de instalação de linhas residenciais e comerciais e serviços de telefonia pública: os reajustes são limitados ao aumento da tarifa no IST menos o fator de produtividade estabelecido pela Anatel, e;
- Serviços de longa distância nacional: as tarifas são estabelecidas de acordo com uma cesta de tarifas, que inclui tarifas de tráfego de longa distância intra-regional e inter-regional. As tarifas são calculadas baseadas na média ponderada do tráfego, levando-se em consideração a distância e o tempo de duração da ligação. Cada um dos itens dentro da cesta longa distância nacional tem um peso diferente e, contanto que o reajuste da cesta longa distância nacional total não exceda ao resultado da variação do IST, menos o fator de produtividade estabelecido pela Anatel, cada tarifa, individualmente, pode exceder à variação do IST em até 5%, conforme previsto no contrato de concessão.

Para planos alternativos de serviços, a Companhia reajusta suas tarifas com base na variação do IST. Não há obrigatoriedade de aplicação de redução pelo fator de produtividade. A Companhia oferta planos alternativos de serviço nas modalidades local e longa distância nacional.

Dessa forma, destacamos os reajustes recentes de tarifas para a telefonia fixa:

2013

Planos Básicos de Serviços: Tarifas Fixo-Fixo – Conforme regras estabelecidas no contrato de concessão do STFC e no regulamento do STFC a Telefonica Brasil submeteu à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL pleito de reajuste de 0,65% para o plano básico de serviço. O pedido de reajuste encontra-se sob análise da Agência.

Tarifas Fixo-Móvel - Em 07 de março de 2013, por meio dos Atos 1.521 e 1.522, a Anatel homologou uma redução líquida de 8,77% nas tarifas das chamadas entre telefones fixos e telefones móveis (VC1, VC2 e VC3) do Plano Básico. Na mesma data, foram repassados os valores absolutos do reajuste das tarifas fixo-móvel para as tarifas de interconexão (VU-M). Os reajustes entraram em vigor a partir do dia 06 de abril de 2013.

Planos alternativos de serviços: Os planos alternativos de serviços, em sua maioria, foram reajustados pela Companhia a partir de 08 de agosto de 2013. Os incrementos das tarifas foram de 5,25%, refletindo a variação do IST no período.

2012

Planos Básicos de Serviços

Tarifas Fixo-Fixo – A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, homologou, em 05 de fevereiro de 2013, por meio dos Atos 762 e 765, o reajuste das tarifas dos planos básicos do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência imediata. Os incrementos das tarifas foram de 0,568%.

Tarifas Fixo-Móvel - Em 24 de fevereiro de 2012, por meio do Ato 486, a Anatel homologou uma redução líquida de 10,78% nas tarifas das chamadas entre telefones fixos e telefones móveis (VC1, VC2 e VC3) do Plano Básico. Na mesma data, foram repassados os valores absolutos do reajuste das tarifas fixo-móvel para as tarifas de interconexão (VUM). Os reajustes entraram em vigor, a partir do dia 24 de fevereiro de 2012.

Planos alternativos de serviços: Os planos alternativos de serviços, em sua maioria, foram reajustados pela Companhia em Agosto de 2012. Os incrementos das tarifas foram de 3,67%, refletindo a variação do IST no período.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**2011****Planos básicos de serviços:**

Tarifas Fixo-Fixo - Em 21 de dezembro de 2011, por meio dos Atos 8.401 e 8.933, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste das tarifas dos planos básicos do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 24 de dezembro de 2011. Os incrementos das tarifas foram de 1,95%.

Planos alternativos de serviços: Os planos alternativos de serviços foram reajustados pela Companhia em Agosto de 2011. Os incrementos das tarifas foram de 5,47%, refletindo a variação do IST no período.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**Resultado Operacional**

O IPCA de 2013 registrou crescimento de 5,9%, ante 5,8% no ano anterior. Esse aumento da inflação no ano de 2013 apresentou impactos nos custos de pessoal e de aluguéis, entre outros itens operacionais.

Em relação à política monetária, por sua vez, a taxa média de juros apresentou redução ante o ano de 2012: a taxa média dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) atingiu 8,1% ao ano no ano de 2013, ante 8,4% ao ano no ano anterior. Entre os principais impactos da taxa de juros no resultado operacional da empresa está a receita decorrente da cobrança de contas em atraso, a qual é indexada à taxa de juros.

Quanto à variação da taxa de câmbio, por fim, observou-se depreciação do real em 2013 frente à moeda norte-americana. A taxa de câmbio média atingiu R\$/US\$ 2,16, ante R\$/US\$ 1,95 em 2012. A variação cambial afeta em especial os custos de compra de conteúdo para TV, aluguel de toolgate e aluguel de satélite, os quais representam despesas expressas em moeda estrangeira.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia variou 26,2% em relação a 2012, o que representa uma receita adicional de R\$76,3 milhões. Essa variação se deve, principalmente, ao menor endividamento líquido médio em 2013, quando comparado com 2012.

A variação da taxa de câmbio, por sua vez, apresentou reduzido impacto no resultado financeiro, uma vez que as operações financeiras em moeda estrangeira estão protegidas por swaps de câmbio para CDI.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
	<i>(em milhões de Reais)</i>		
Receitas financeiras	985,8	590,4	583,9
Variações monetárias/cambiais	(272,7)	(64,2)	(41,3)
Ganhos (Perdas) com operações de derivativos	104,7	115,2	111,0
Despesas financeiras	(603,0)	(932,6)	(794,6)
Total	(214,8)	(291,2)	(141,0)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Eventos ocorridos no ano de 2013.

Visando a simplificação da estrutura organizacional da Telefônica Brasil S.A. (Companhia), a racionalização da prestação dos serviços desenvolvidos por suas subsidiárias e a concentração da prestação desses serviços em duas sociedades operacionais, sendo elas a Companhia e a sua subsidiária integral (Telefônica Data S.A. ou TData), a Companhia protocolou na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em 15 de março de 2012, pedido de anuência prévia de reestruturação societária, que se tornou legalmente viável em razão das alterações legislativas aplicáveis às concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) através da Lei nº 12.485.

A reestruturação societária foi aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 3.043, de 27 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2013, com as condicionantes nele previstas.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de junho de 2013, foram aprovados os termos e condições da reestruturação societária envolvendo subsidiárias integrais e sociedades controladas da Companhia.

A reestruturação societária foi realizada por meio de cisões e incorporações das subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, de modo que as atividades econômicas que não sejam serviços de telecomunicações, incluindo a prestação de serviços de valor adicionado conforme definido no art. nº 61 da Lei Geral das Telecomunicações (tais atividades, conjuntamente e genericamente, designadas SVAs), prestadas pelas diversas subsidiárias integrais/controladas foram concentradas na TData e os serviços de telecomunicação foram unificados na Companhia.

As cisões parciais ou totais (conforme o caso) e a incorporação dos acervos líquidos das sociedades envolvidas ocorreram todas na mesma data e com a mesma data base (30 de abril de 2013), conforme segue: a Companhia incorporou (i) o acervo líquido cindido da TData, advindo de sua cisão parcial, correspondente às atividades relacionadas à prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM); (ii) o acervo líquido cindido da Vivo S.A. (Vivo), advindo de sua cisão total, correspondente à exploração do Serviço Móvel Pessoal (SMP), do SCM e do STFC nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões I e II do Plano Geral de Outorgas (PGO); (iii) o acervo líquido cindido da ATelecom S.A. (ATelecom), advindo de sua cisão total, correspondente às atividades relacionadas à prestação do Serviço de Acesso Condicionado (SEAC) (por meio da tecnologia DTH) e do SCM; e (iv) a Telefônica Sistema de Televisão S.A. (TST), que passou a concentrar antes de sua incorporação pela Companhia, as atividades relacionadas à prestação do SEAC e do SCM.

A seguir, descrevemos resumidamente as etapas das cisões e incorporações das sociedades envolvidas no processo de reestruturação societária da Companhia.

- Incorporação da Lemontree Participações S.A. (Lemontree), GTR-T Participações e Empreendimentos S.A. (GTR-T), Ajato Telecomunicações Ltda (Ajato), Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (CaTV) e TVA Sul Paraná S.A. (TVA) pela TST: Imediatamente antes da incorporação da TST pela Companhia, mas na mesma data, a TST incorporou sua controlada Ajato e as sociedades Lemontree e a GTR-T, subsidiárias integrais da Companhia e as respectivas controladas destas, Sul Paraná e CaTV. Estas sociedades foram avaliadas nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013. Com as incorporações pela TST, a Lemontree, GTR-T, Ajato, CaTV e Sul Paraná foram extintas. Exceto pela

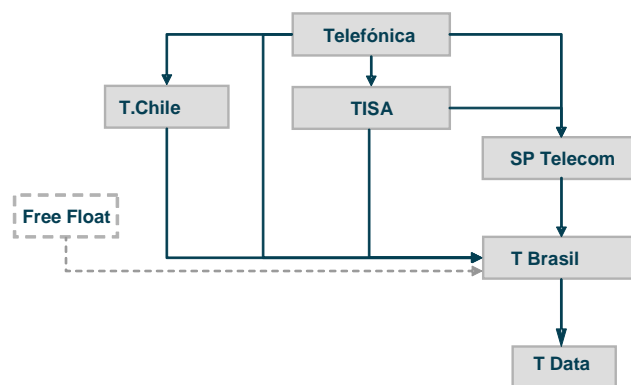
10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Companhia e pela própria TST, as sociedades mencionadas acima não possuíam qualquer acionista e, portanto, a incorporação destas sociedades não acarretou qualquer direito de reembolso ou proteção a acionistas não controladores das sociedades envolvidas.

- Incorporação da TST pela Companhia: A TST foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013 e o total do acervo líquido foi incorporado pela Companhia.
- Incorporação do acervo líquido cindido da TData: A TData foi cindida, de modo a segregar de seu patrimônio líquido o acervo relacionado à prestação do SCM. A parcela do acervo líquido da TData incorporada pela Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013.
- Incorporação da parcela do acervo líquido cindido da Vivo: A Vivo foi cindida de forma total, de modo a segregar as atividades de exploração do SMP, SCM e STFC, nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões I e II do PGO, cujo acervo líquido foi incorporado pela Companhia. Os SVAs e outros serviços que não sejam considerados serviços de telecomunicação foram incorporados pela TData, sendo a Vivo extinta. A parcela do acervo líquido da Vivo vertido à Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013.
- Incorporação da parcela do acervo líquido cindido da ATelecom: A ATelecom foi cindida de forma total, de modo a segregar o acervo líquido relativo aos SVAs prestados pela ATelecom, que foi incorporado pela TData. O acervo líquido das atividades remanescentes da ATelecom foi incorporado pela Companhia, sendo a ATelecom extinta. A parcela do acervo líquido da ATelecom vertido à Companhia foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data base de 30 de abril de 2013.

As incorporações das sociedades e de acervos líquidos descritos anteriormente não resultaram em aumento de capital ou emissão de novas ações da Companhia, de modo que a reestruturação societária não acarretou qualquer alteração nas participações acionárias atuais dos acionistas da Companhia.

Em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 1º de julho de 2013, foi aprovada a reestruturação societária descrita anteriormente e o organograma passou a ser representado da seguinte forma:



10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFsEventos ocorridos no ano de 2012.**Aquisição de ações da Lemontree e GTR**

Em 6 de junho de 2012, a Companhia exerceu sua opção de compra em relação (i) a 71.330.508 ações ordinárias remanescentes correspondentes a 51% do capital votante da Lemontree, controladora da Comercial Cabo; e (ii) a 923.778 ações ordinárias remanescentes da GTR, titular de 50,9% das ações ordinárias da TVA Sul, ações essas anteriormente detidas pelo grupo Abril. A opção de compra exercida nesta data, finaliza o processo de aquisição das ações remanescentes da Lemontree e da GTR, iniciado com o exercício parcial da opção implementado em 29 de setembro de 2011, com a aquisição de ações ordinárias da Lemontree, representativas de 49% do seu capital social. Esta operação foi considerada como aquisição de acionistas não controladores para fins de apresentação e mensuração nas presentes demonstrações financeiras.

Com a implementação deste exercício de opção, a Companhia passou a deter 100% das ações representativas do capital votante e total da Lemontree e da GTR e, indiretamente, das sociedades operadoras de serviços de televisão a cabo situadas em São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

Alienação de ações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.

Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou as 1.618.652 (1.196.395 diretamente e 422.257 indiretamente através da Aliança Atlântica) ações ordinárias, representativas de 0,52% do capital social (com direito a voto) da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (ZON).

c) eventos ou operações não usuais

A Companhia não possui eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Os diretores da Companhia esclarecem que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, houve a mudança na prática contábil pela aplicação das normas da IFRS 11, que substituiu o IAS 31 - *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13 - *Entidades Controladas em Conjunto (ECC) - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

As informações apresentadas nos demais subitens do item 10 deste Formulário de Referência se referem às informações financeiras consolidadas da Companhia, conforme apresentadas nas Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC), que não causam impactos significativos na posição financeira apresentada nas demonstrações financeiras:

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes: As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou reciclados) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) devem ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012. A aplicação destas revisões afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas emendas não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia.

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (Revisado em 2011): Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 – Contabilização de Investimentos em Associadas e *Joint Venture* passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta emenda não causa impactos significativos na posição financeira ou de desempenho da Companhia.

IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS): Estas alterações mudaram o significado efetivo das IFRS. De acordo com esta alteração, uma entidade pode optar por aplicar tanto a norma atual ou uma nova norma que ainda não seja obrigatória, mas que permite a aplicação antecipada, desde que a norma seja aplicada de forma consistente ao longo dos períodos. A Companhia não optou pela aplicação antecipada de nenhuma norma.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Revisões da IFRS 7): Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com o IAS 32. A revisão entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação destas revisões afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas: A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exige que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia efetuou análise da referida norma e não identificou impactos significativos sobre suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas no IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma afeta somente a apresentação e não causa impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Adicionalmente, em 12 de dezembro de 2013 foram introduzidas alterações a IFRS 13 com aplicação imediata. O IASB esclareceu nas “Bases para Conclusões” que os recebíveis de curto prazo e contas a pagar sem juros destacados podem ser realizados pelo valor da fatura, quando o efeito do desconto for imaterial. Esta norma entrou em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para a Companhia no período de aplicação inicial.

IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias: Esta revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias entraram em vigor para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação desta norma não causa impactos para as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC), que causam impactos na posição financeira apresentada por estas demonstrações financeiras:

A IFRS 11 substituiu o IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC-13 - Entidades Controladas em Conjunto (ECC) - Contribuições Não Monetárias por

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Empreendedores. A IFRS 11 eliminou a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) devem ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma teve impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da Aliança Atlântica Holding B.V. (Aliança), Companhia AIX de Participações (AIX) e Companhia ACT de Participações (ACT). Com a aplicação da norma, os investimentos nas empresas citadas foram contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entrou em vigor para exercícios anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013 e deve ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

Em decorrência da aplicação desta norma, as demonstrações financeiras comparativas foram ajustadas para fins de comparabilidade.

As informações que demonstram os efeitos retroativos com relação ao Balanço Patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, à Demonstração do Resultado, às Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação neste exercício, estão demonstrados no item 10.4.b) deste formulário.

Novas IFRS e Interpretações do IFRIC que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações: Estas alterações mudaram as definições relativas às condições de aquisição e sua aplicação é efetiva a partir de 1º de julho de 2014. A Companhia não espera que estas alterações possam impactar significativamente suas demonstrações financeiras.

IFRS 3 Combinação de Negócios: Estas alterações mudaram a contabilização de contraprestação contingente em combinação de negócios. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Estas alterações são efetivas para novas combinações de negócios a partir de 1º julho de 2014. A Companhia irá considerar a aplicação destas alterações para qualquer combinação de negócios que ocorrer após 1º de julho de 2014.

IFRS 8 Operação por Segmento: As mudanças estão relacionadas com a agregação de segmentos operacionais, que podem ser combinados / agregados se eles estão de acordo com o princípio fundamental da norma, ou seja, se os segmentos têm características econômicas semelhantes e se forem semelhantes em outros aspectos qualitativos. Se eles são combinados, a entidade deve divulgar as características econômicas utilizadas para avaliar se os segmentos são semelhantes. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º julho de 2014. Considerando o fato de que a Companhia e sua controlada operam em um único segmento operacional, não é esperado impacto significativo para suas demonstrações financeiras e divulgação.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição do IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência, com data ainda indefinida. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões tenham impactos relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas controladas se qualifica como entidade de investimento.

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo: A alteração é prospectiva a partir 1º de julho de 2014. A mudança está relacionada com a aplicação da exceção do portfólio de ativos financeiros, passivos financeiros e outros contratos. A Companhia e sua controlada irão avaliar o efeito da aplicação das novas operações após 1º de julho de 2014.

IAS 16 Ativo Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis: A alteração ao IAS 16.35 (a) e IAS 38.80 (a) esclarece que a reavaliação pode ser feita da seguinte forma: i) ajustar a quantia escriturada bruta do ativo ao valor de mercado ou, ii) determinar o valor de mercado e ajustar a quantia escriturada bruta proporcionalmente, de modo que a quantia escriturada resultante seja igual ao valor de mercado. O IASB também esclareceu que a depreciação / amortização acumulada é a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor contábil do ativo (ou seja, valor escriturado bruto - depreciação / amortização acumulada = valor contábil). A alteração ao IAS 16.35 (b) e IAS 38.80 (b) esclarece que a depreciação / amortização acumulada é eliminada de modo que a quantia escriturada bruta e valor contábil seja igual ao valor de mercado. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A aplicação destas alterações não tem impacto sobre a situação financeira ou operacional da Companhia e de sua controlada no momento. Considerando que a reavaliação de ativo imobilizado e ativos intangíveis não é permitida no Brasil, a Companhia não espera impacto em suas demonstrações financeiras.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas: A alteração esclarece que uma entidade de gestão de outra entidade que fornece profissional-chave para prestação de serviços de gestão é um tema relacionado às divulgações de partes relacionadas. Além disso, uma entidade que utiliza uma entidade de gestão deve divulgar as despesas incorridas por serviços de gestão. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A Companhia não espera que estas alterações impactem significativamente suas demonstrações financeiras.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: Essas revisões esclarecem o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões tenham impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos: O IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. Essa revisão deverá ser aplicada nas futuras renovações de derivativos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

IAS 40 Propriedades de Investimento: Esta alteração esclarece a relação entre as definições da IFRS 3 e IAS 40 na classificação da propriedade como propriedade para investimento ou propriedades ocupadas pelo proprietário. A descrição de serviços auxiliares no IAS 40 que diferencia entre propriedades de investimento e proprietário do imóvel ocupado (IFRS 3) é usada para determinar se a operação é a compra de um ativo ou de uma combinação de negócios. Esta alteração passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2014 de forma prospectiva. A Companhia irá avaliar qualquer impacto possível no caso de transação que ocorrerem após a data de vigência.

A Companhia não adota antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas que não seja de aplicação obrigatória ainda.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A IFRS 11 substituiu o IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC-13 - Entidades Controladas em Conjunto (ECC) - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores. A IFRS 11 eliminou a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (joint venture) devem ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma teve impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da Aliança Atlântica Holding B.V. (Aliança), Companhia AIX de Participações (AIX) e Companhia ACT de Participações (ACT). Com a aplicação da norma, os investimentos nas empresas citadas foram contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entrou em vigor para exercícios anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013 e deve ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

Para facilitar o entendimento dos efeitos decorrentes da aplicação desta norma, a seguir apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas de 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012 com os devidos ajustes e algumas reclassificações efetuadas para melhor apresentação das informações consolidadas.

Balanço Patrimonial Consolidado em 01.01.12

	Balanço patrimonial em 01.01.12, divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanço patrimonial de 01.01.12., divulgado em 31.12.13
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.940.342	(50.799)	2.889.543
Contas a receber, líquidas (a)	5.105.860	22.282	5.128.142
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	772	772
Tributos a recuperar	2.495.066	(1)	2.495.065
Outros ativos (a)	1.268.850	(22.628)	1.246.222
Total do ativo circulante	11.810.118	(50.374)	11.759.744
Não circulante			
Tributos diferidos	1.428.878	(1.379)	1.427.499
Depósitos e bloqueios judiciais	3.374.690	(200)	3.374.490
Outros ativos	1.630.848	(52.244)	1.578.604
Investimentos	37.835	114.421	152.256
Imobilizado, líquido	17.153.920	(7.399)	17.146.521
Intangível, líquido	30.053.684	(4.237)	30.049.447
Total do ativo não circulante	53.679.855	48.962	53.728.817
Total do ativo	65.489.973	(1.412)	65.488.561

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	Balanco patrimonial em 01.01.12, divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanco patrimonial de 01.01.12., divulgado em 31.12.13
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Circulante			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	495.624	(97)	495.527
Fornecedores	6.037.315	834	6.038.149
Impostos, taxas e contribuições	1.691.991	(254)	1.691.737
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (b)	988.413	11.669	1.000.082
Outras obrigações (b)	3.526.920	(11.716)	3.515.204
Total do passivo circulante	12.740.263	436	12.740.699
Não circulante			
Pessoal, encargos e benefícios sociais (d)	-	15.160	15.160
Tributos diferidos	788.954	-	788.954
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (b)	3.959.115	9.398	3.968.513
Provisões (c)	3.147.085	(309.057)	2.838.028
Obrigações com planos de benefícios pós emprego (c)	-	308.893	308.893
Outras obrigações (b) (d)	1.523.771	(26.242)	1.497.529
Total do passivo não circulante	9.418.925	(1.848)	9.417.077
Patrimônio líquido	43.330.785	-	43.330.785
Total do passivo e patrimônio líquido	65.489.973	(1.412)	65.488.561

- (a) Os montantes de outras contas a receber foram reclassificados de "Outros ativos" para a linha de "Contas a receber, líquidas".
- (b) Os montantes de arrendamento financeiro foram reclassificados de "Outras obrigações" para a linha de "Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros".
- (c) Os montantes do passivo atuarial de planos de benefícios pós emprego foram reclassificados de "Provisões" para uma linha específica "Obrigações com planos de benefícios pós emprego".
- (d) Os montantes do passivo com planos de remuneração baseados em ações foram reclassificados de "Outras obrigações" para a linha de "Pessoal, encargos e benefícios sociais".

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Balanco Patrimonial Consolidado em 31.12.12**

	Balanco patrimonial divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanco patrimonial de 31.12.12., divulgado em 31.12.13
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.196.079	(62.594)	7.133.485
Contas a receber, líquidas (a)	5.513.436	33.502	5.546.938
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	1.140	1.140
Tributos a recuperar	2.052.423	(2)	2.052.421
Outros ativos (a)	1.510.004	(34.807)	1.475.197
Total do ativo circulante	16.271.942	(62.761)	16.209.181
Não circulante			
Tributos diferidos	1.029.598	(1.710)	1.027.888
Depósitos e bloqueios judiciais	3.909.474	(206)	3.909.268
Outros ativos	1.399.830	(47.797)	1.352.033
Investimentos	23.683	119.198	142.881
Imobilizado, líquido	17.610.851	(6.707)	17.604.144
Intangível, líquido	30.009.289	(3.592)	30.005.697
Total do ativo não circulante	53.982.725	59.186	54.041.911
Total do ativo	70.254.667	(3.575)	70.251.092

	Balanco patrimonial divulgado em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Balanco patrimonial de 31.12.12., divulgado em 31.12.13
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	416.355	(103)	416.252
Fornecedores	5.889.377	(309)	5.889.068
Impostos, taxas e contribuições	1.781.480	(230)	1.781.250
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (b)	1.255.323	14.799	1.270.122
Outras obrigações (b)	4.194.936	(14.836)	4.180.100
Total do passivo circulante	13.537.471	(679)	13.536.792
Não circulante			
Pessoal, encargos e benefícios sociais (d)	-	13.224	13.224
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (b)	3.756.001	18.460	3.774.461
Provisões (c)	3.846.899	(393.262)	3.453.637
Obrigações com planos de benefícios pós emprego (c)	-	392.269	392.269
Outras obrigações (b) (d)	4.433.176	(33.587)	4.399.589
Total do passivo não circulante	12.036.076	(2.896)	12.033.180
Patrimônio líquido	44.681.120	-	44.681.120
Total do passivo e patrimônio líquido	70.254.667	(3.575)	70.251.092

(a) Os montantes de outras contas a receber foram reclassificados de "Outros ativos" para a linha de "Contas a receber, líquidas".

(b) Os montantes de arrendamento financeiro foram reclassificados de "Outras obrigações" para a linha de "Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros".

(c) Os montantes do passivo atuarial de planos de benefícios pós emprego foram reclassificados de "Provisões" para uma linha específica "Obrigações com planos de benefícios pós emprego".

(d) Os montantes do passivo com planos de remuneração baseados em ações foram reclassificados de "Outras obrigações" para a linha de "Pessoal, encargos e benefícios sociais".

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfasesDemonstração de Resultados Consolidada para o Exercício Findo em 31.12.12

	Demonstração de resultados 31.12.12, divulgada em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Demonstração de resultados 31.12.12, divulgada em 31.12.13
Receita operacional líquida	33.931.422	(11.766)	33.919.656
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(16.564.464)	7.020	(16.557.444)
Lucro bruto	17.366.958	(4.746)	17.362.212
Despesas com comercialização	(8.693.696)	-	(8.693.696)
Despesas gerais e administrativas	(2.148.476)	3.168	(2.145.308)
Outras receitas operacionais, líquidas	687.503	209	687.712
Resultado de equivalência patrimonial	-	588	588
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras	7.212.289	(781)	7.211.508
Receitas financeiras	1.281.554	(449)	1.281.105
Despesas financeiras	(1.572.369)	-	(1.572.369)
Lucro antes dos tributos	6.921.474	(1.230)	6.920.244
Imposto de renda e contribuição social	(2.469.293)	1.230	(2.468.063)
Lucro líquido do exercício	4.452.181	-	4.452.181

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidada para o Exercício Findo em 31.12.12

	Demonstração do fluxo de caixa de 31.12.12, divulgada em 31.12.12	Ajustes pela adoção da IFRS 11 e Reclassificações	Demonstração do fluxo de caixa de 31.12.12, divulgada em 31.12.13
Lucro antes dos tributos	6.921.474	(1.230)	6.920.244
Despesas (receitas) que não representam movimentação no caixa	6.139.975	7.947	6.147.922
(Aumento) redução no ativo operacional:	(557.118)	317.349	(239.769)
Aumento (redução) no passivo operacional:	(2.771.162)	(3.238)	(2.774.400)
Total do caixa gerado pelas atividades operacionais	9.733.169	320.828	10.053.997
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(3.397.253)	(323.586)	(3.720.839)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(2.080.179)	(9.037)	(2.089.216)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	4.255.737	(11.795)	4.243.942
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.940.342	(50.799)	2.889.543
Caixa e equivalentes no final do exercício	7.196.079	(62.594)	7.133.485
Variação do caixa e equivalentes de caixa no exercício	4.255.737	(11.795)	4.243.942

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**c.1) Ressalvas**

Os Diretores da Companhia afirmam que não há ressalvas presentes nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Na opinião dos auditores independentes, as demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

c.2) Ênfases**Avaliação de Investimentos**

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A opinião dos auditores independentes sobre a Avaliação de Investimentos nas demonstrações financeiras individuais é aplicada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Reapresentação dos Valores Correspondentes

Em decorrência da mudança de política contábil introduzida pela adoção do IFRS 11, o balanço patrimonial consolidado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

A opinião dos auditores independentes sobre a Reapresentação dos Valores Correspondentes nas demonstrações financeiras consolidadas é aplicada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Demonstrações do Valor Adicionado

Os auditores independentes examinaram, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A opinião dos auditores independentes sobre as Demonstrações do Valor Adicionado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é aplicada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Telefônica Brasil S.A. (Companhia) requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são descritas a seguir:

Ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio

A Companhia avalia os ativos imobilizados e intangíveis (com vida útil definida) quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos intangíveis que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa descontados utilizados para a determinação do valor em uso derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Além disso, essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e tecnológicas, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de Receita e Contas a Receber

As receitas originadas pelas tarifas de interconexão são calculadas baseada na duração de cada chamada e reconhecidas quando o serviço de interconexão é prestado. As receitas de telefonia pública são reconhecidas quando o cartão telefônico pré-pago é utilizado. Receitas diferidas são determinadas com base nas estimativas de créditos de cartões pré-pagos a utilizar que foram vendidos, mas não foram utilizados na data de cada balanço.

As receitas de habilitação são reconhecidas de forma diferida no prazo médio de permanência do cliente na planta e as receitas de instalação são reconhecidas na instalação dos serviços ao cliente. As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. A receita é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

Consideramos o reconhecimento de receita como uma política contábil crítica por causa das incertezas causadas por diferentes fatores, tais como a complexa tecnologia necessária, o alto volume de transações, problemas relacionados à fraude e pirataria, regras contábeis, posições da administração sobre nossa capacidade de cobrança e incertezas relacionadas com o direito de receber certas receitas (principalmente receitas pelo uso de nossa rede). Mudanças significativas nestes fatores poderiam nos causar incapacidade para o reconhecimento de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

receitas ou para reconhecer receitas que poderiam não ser realizadas no futuro, apesar de nossos controles e procedimentos internos.

Provisão para Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber

Na preparação das demonstrações financeiras devemos estimar nossa capacidade para cobrança de nossas contas a receber. Constantemente monitoramos nossas contas a receber vencidas. Se tomamos conhecimento sobre a incapacidade de clientes específicos de pagar suas obrigações financeiras, registramos uma provisão específica do montante devido para reduzir o valor dos recebíveis para o montante que acreditamos que será recebido. Para outras contas a receber, reconhecemos provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber, com base na experiência passada (por exemplo, porcentagem média de recebíveis historicamente baixados, condições econômicas e o prazo de recebíveis em atraso). Nossas provisões têm sido adequadas para cobrir perdas na realização de créditos. Entretanto, como não podemos prever com certeza a estabilidade financeira futura de nossos clientes, não podemos garantir que nossas provisões continuarão adequadas. As perdas com créditos podem ser maiores que as provisões que realizamos, as quais poderão ter um efeito negativo significativo no resultado da Companhia e/ou de sua controlada.

Tributos diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é utilizado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável com base em lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao órgão da Administração da Companhia. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de sua controlada e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória nº 627, a qual introduz várias modificações na legislação do IRPJ, CSLL, PIS COFINS, entre as quais destacam-se:

- i) Revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2015 e, em caráter opcional, a partir de 1º de janeiro de 2014; e
- ii) Alteração de dispositivos específicos do Decreto-Lei nº 1.598/77 com o objetivo de adequar a legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis em vigor, em função da extinção do RTT e da necessidade de se estabelecer uma nova forma de apuração do IRPJ e da CSLL.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Conforme facultado pelo artigo nº 71 desta MP, a Companhia optará pela adoção das disposições contidas em seus artigos 1º a 66, quando aplicáveis, a partir de 1º de janeiro de 2014, assim que a Receita Federal do Brasil (RFB) definir a forma, o prazo e as condições para a referida opção.

Benefícios Pós-Emprego

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar na necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia e/ou de sua controlada.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível.

Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios

A Companhia e sua controlada são parte em demandas administrativas e judiciais as quais são classificadas de acordo com sua natureza, trabalhista, tributária, cível e regulatória, e a provisão contábil é constituída em relação às demandas cuja probabilidade de perda é classificada como provável.

As provisões, após constituídas, são revisadas e ajustadas, caso necessário, com o objetivo de estarem adequadas às circunstâncias inerentes, tais como alteração de teses, jurisprudência aplicável, ocorrência de prescrição, comprovações e demais elementos de defesa etc. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos, administrativos e/ou judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas decorrentes de processos judiciais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Nosso presidente (CEO) e Diretor de Finanças (CFO) são responsáveis por estabelecer e manter nossos controles e procedimentos de divulgação. Tais controles e procedimentos foram elaborados de forma a assegurar que as informações da companhia, de divulgação obrigatória nos relatórios que arquivamos junto à CVM, são registradas, processadas, sumarizadas e reportadas no prazo e no formato especificado nas normas da CVM. Nós avaliamos os controles e procedimentos de divulgações sob a supervisão de nosso CEO e CFO em 31 de dezembro de 2013. Com base nesta avaliação, nosso CEO e CFO concluíram que nossos controles e procedimentos estavam adequados, efetivos e designados para assegurar esta informação material relacionada a nós e nossa subsidiária, elaborados e conhecidos pelos mesmos e por outros dentro destas entidades para permitir decisões em tempo hábil concernente à exigência de divulgação.

Em 11/02/2003, o Conselho de Administração aprovou uma Normativa Sobre Registro, Comunicação e Controle de Informação Financeiro-Contábil que regula os procedimentos internos e os mecanismos de controle da preparação da informação financeiro-contábil da Companhia, garantindo a aplicação de práticas e políticas contábeis adequadas. Tal normativa permite, também, cumprir exigências estabelecidas pela lei americana Sarbanes-Oxley. Esta normativa estabelece um sistema de certificação que chamamos de “Certificação em Cascata”, através do qual as diversas áreas da Companhia emitem pareceres se responsabilizando por tais informações. Com base nestes pareceres, CEO e CFO emitem suas respectivas certificações atestando a veracidade e a qualidade das informações divulgadas ao mercado.

Relatório Anual de Administração com relação ao Controle Interno sobre as Informações Financeiras

A Administração é responsável por estabelecer e manter um controle interno adequado sobre as Informações Financeiras. O sistema de controle interno da Telefônica Brasil foi desenvolvido com a finalidade de prover razoável segurança com relação à integridade e confiabilidade das demonstrações financeiras publicadas. Todo o sistema de controle interno, não importando como foi desenvolvido, tem limitações inerentes e somente podem prover uma razoável segurança de que os objetivos do sistema de controle são atendidos.

A Administração avaliou o controle interno sobre as Informações Financeiras sob a supervisão de nosso Presidente, ou CEO e Diretor de Finanças, ou CFO, em 31 de dezembro de 2013. A Administração avaliou a eficácia do nosso controle interno sobre as Informações Financeiras baseados no critério exposto no “*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (“COSO”) Framework*”. A administração da Telefônica Brasil concluiu que em 31 de dezembro de 2013, nosso controle interno sobre as Informações Financeiras estava adequado e eficaz, baseado nestes critérios.

Parecer dos Auditores Independentes

A Directa Auditores, empresa de auditoria independente que auditou nossas demonstrações financeiras consolidadas, emitiu um parecer sobre a efetividade de nossos controles internos sobre as Informações Financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Alterações no Controle Interno sobre as Informações Financeiras

Nosso departamento de auditoria interna periodicamente avalia nossos controles internos para os principais ciclos, documentando pelo fluxograma dos processos utilizados em cada ciclo, identificando oportunidades e sugerindo melhorias para os mecanismos de controle existentes. Não houve nenhuma mudança nos nossos controles internos sobre as Informações Financeiras elaboradas durante o período coberto por este relatório anual que tenha afetado significativamente nossos controles internos sobre as Informações Financeiras, ou que seja razoavelmente provável que tenha algum efeito material.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Não houve comentários sobre deficiências significativas, nem recomendações significativas que pudessem impactar a avaliação da Administração da Companhia em relação à eficácia dos controles internos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, no relatório do auditor independente.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Em 25 de abril de 2013 foram emitidas 130.000 (cento e trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R\$1,3 bilhão, realizada nos termos da Instrução CVM nº476 de 16 de janeiro de 2009, distribuição pública com esforços restritos.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados (i) para amortização de dívidas futuras da Companhia; (ii) ao Capex de projetos desenvolvidos pela Companhia; e (iii) no reforço de liquidez da Companhia.

Em 10 de setembro de 2012, foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R\$2,0 bilhões, realizada nos termos da Instrução CVM nº476 de 16 de janeiro de 2009, distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da Oferta Restrita serão destinados (i) para investimentos diretamente relacionados à telefonia móvel de 4ª (quarta) geração ("4G"), especificamente para liquidar o preço da autorização obtida pela Companhia no leilão 4G; e (ii) na manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Para o ano de 2011 não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários na Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem itens relevantes de valor material que não tenham sido incluídos nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens que não estejam registrados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b) natureza e o propósito da operação
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Companhia não detém outros itens que não estejam registrados nas demonstrações financeiras.